



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES
FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO RURAL

GUSTAVO CARDOSO DA COSTA
ISADORA FABIOLA DE MORAES BALTAZAR

O PROTAGONISMO FEMININO NA GESTÃO DE SISTEMAS
AGROECOLÓGICOS NA ILHA DE COTIJUBA-PA

BELÉM-PA

2026

GUSTAVO CARDOSO DA COSTA
ISADORA FABIOLA DE MORAES BALTAZAR

O PROTAGONISMO FEMININO NA GESTÃO DE SISTEMAS
AGROECOLÓGICOS NA ILHA DE COTIJUBA-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Desenvolvimento Rural no Campus
Universitário de Belém como requisito para
obtenção de grau de Bacharel em
Desenvolvimento Rural pela Universidade
Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Natalia Ribas Guerrero.

Coorientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Neves da
Fonseca.

BELÉM-PA

2026

GUSTAVO CARDOSO DA COSTA
ISADORA FABIOLA DE MORAES BALTAZAR

O PROTAGONISMO FEMININO NA GESTÃO DE SISTEMAS
AGROECOLÓGICOS NA ILHA DE COTIJUBA-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção de grau de Bacharel
em Desenvolvimento Rural pela Universidade
Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Natalia Ribas
Guerrero.

Coorientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Neves da
Fonseca .

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito:

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr^o Luiz Carlos Neves da Fonseca
Instituto Internacional do Brasil- IEB

Prof^a Dra^a Natalia Ribas Guerrero
Instituto Amazônico De Agriculturas
Familiares
Universidade Federal Do Pará

Prof^a Dra^a Ana Julia Mourão Salheb do
Amaral
Instituto Amazônico De Agriculturas
Familiares
Universidade Federal Do Pará

Prof. Me. Lana Gabriela Pardal de
Andrade.
Universidade Federal Do Pará

Às mulheres da Ilha de Cotijuba, que foram o alicerce para a construção deste trabalho, e às suas ancestralidades, que permitiram a transmissão de saberes e conhecimentos ao longo das gerações.

AGRADECIMENTOS DE GUSTAVO CARDOSO DA COSTA

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter sido meu sustento, minha fortaleza e meu refúgio durante toda esta trajetória acadêmica. Em cada desafio, insegurança e conquista, senti Sua presença guiando meus passos, fortalecendo minha fé e segurando minha mão nos momentos mais difíceis.

À minha mãe, Marcilene Chaves Cardoso, expresso minha mais profunda gratidão por todo amor, dedicação, incentivo e apoio incondicional ao longo dessa caminhada. Obrigado por acreditar em mim, me motivar diariamente e me ensinar, com sua força e exemplo, a nunca desistir dos meus objetivos.

Ao meu pai, Paulo Roberto Lobato da Costa, agradeço pelo suporte, cuidado e apoio constante. Sua presença e confiança foram fundamentais para que eu pudesse seguir firme em busca dessa conquista.

Aos meus irmãos, Fernando Cardoso da Costa e Juliane Cardoso da Costa, deixo meu sincero agradecimento por serem minha base em todos os momentos. Obrigado por compreenderem minhas ausências, segurarem as pontas quando necessário e contribuírem para que eu pudesse dedicar-me aos estudos com tranquilidade e determinação.

À Isadora Moraes, minha eterna gratidão por todo companheirismo, apoio, paciência e incentivo durante essa jornada acadêmica. Obrigado pelos momentos compartilhados, pelas palavras de encorajamento, pelos risos, pela confiança e por todas as trocas de conhecimento e ensinamentos que contribuíram significativamente para meu crescimento pessoal e profissional.

Dedico também este trabalho e meus agradecimentos aos ensinamentos de Nazareno dos Reis Moraes, Sebastiana Chaves e Regina Cardoso. Os valores, a dedicação e o amor que sempre demonstraram pela agricultura familiar permanecem vivos em meu coração e servem de inspiração para minha trajetória e para a construção deste trabalho.

Agradeço a todos os professores, colegas, amigos e familiares que, de alguma forma, contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal, oferecendo apoio, conhecimento e incentivo ao longo dessa trajetória.

Expresso minha especial gratidão ao professor Luiz Carlos Neves da Fonseca e à professora Natalia Ribas Guerrero, pelo apoio, orientação e dedicação durante a construção e o desenvolvimento deste trabalho.

Gostaria de agradecer também a todas as mulheres que proporcionaram a construção dessa pesquisa, em especial a liderança da Comunidade Pedra Branca. E por fim, agradeço também a Ingrid Oliveira, Ariel Ferreira Brito e Larissa Lopes pelo companheirismo, amizade e apoio compartilhados ao longo dessa importante etapa acadêmica.

Por fim, levo comigo a certeza de que esta conquista não é apenas individual, mas resultado do apoio, da confiança e do carinho de todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante essa importante etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS DE ISADORA F. DE M. BALTAZAR

Inicialmente, tenho minha infinita gratidão à Espiritualidade, aos meus ancestrais e ao Pai maior Deus, que em nenhum momento me deixaram desistir dessa caminhada embarcada de grandes desafios, aprendizados e certezas de que esse seria o caminho certo a ser percorrido, me fortalecendo diariamente.

À minha mãe, Fabiana Moraes, que me apoiou nessa caminhada, sempre me incentivando a buscar os caminhos dos estudos. Sempre mostrando que estudar pode levar a caminhos inimagináveis. Minha eterna gratidão por ser minha rede de apoio em qualquer etapa da minha vida, esse diploma é pela nossa família, assim como as vitórias que virão.

Às minhas crianças, Isis Valentina e Kadu Hércules, que são o incentivo pela busca do meu crescimento, para que eu possa proporcionar o melhor pra vocês.

À minha avó, Maria de Nazaré (*in memoriam*), que sempre incentivou os estudos, pois não teve a oportunidade de estudar por crescer no meio rural e precisou trabalhar desde cedo, minha eterna gratidão por sempre cobrar pra ver seus netos na Universidade. Sei que, de alguma forma, o interesse por gostar da área ambiental veio a partir da minha infância, presenciando e participando das vivências no seu quintal.

Gratidão ao meu avô, Pedro Ferreira (*in memoriam*), que também não poderia deixar de fazer parte desse momento, acredito que o gostar do campo também tenha vindo da sua parte, pois também tinha sua ancestralidade vinda do meio rural.

Ao meu grande parceiro dessa jornada, Gustavo Cardoso, que no meio desses quatro anos e meio se tornou um grande alicerce para continuidade desse caminho. Gratidão pelo companheirismo, os ensinamentos, as conversas leves e profundas, os puxões de orelha, a ajuda emocional e financeira que, em certos momentos, foram essenciais no dia a dia, tanto na Universidade quanto fora dela, se tornando parte da minha família. Sou grata pelas tardes no cantinho do café, as risadas que deixaram tudo mais leve. E sigamos para as próximas etapas que nos esperam.

À Ingrid Oliveira, que desde o início da caminhada na Universidade cativou com sua amizade e parceria, gratidão pelas conversas profundas, pelas risadas, as tardes de café, indo além dos portões da universidade, tornando-se parte do dia a dia e se fazendo família. Acredito fortemente no teu potencial e admiro tua personalidade por ter tido forças que, mesmo com

todas as dificuldades, te levam a encerrar essa etapa marcante da tua vida, também. Como conversamos inúmeras vezes, afirmando que iríamos terminar juntas, ninguém ficou pra trás.

Aos amigos conquistados durante essa caminhada, sou grata, pois, de maneira voluntária ou involuntária, contribuíram para essa finalização.

Aos orientadores, Prof. Dr. Luiz Neves e Profa. Dra. Natalia Guerrero, que, assim como docentes que percorreram e contribuíram para essa caminhada no curso, com seus dons de repasse de conhecimentos, também estão auxiliando na construção deste trabalho. Gratidão por toda paciência e sabedoria.

Aos docentes do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, obrigada por abrirem as portas do conhecimento, em especial a Profa. Dra. Soraya Carvalho, que foi um importante pilar nos estágios de vivência de campo, sem a sua insistência e preocupação com os discentes da turma BDR 2022, não teríamos absorvido toda a essência do que é ser um profissional de bacharelado de desenvolvimento rural.

Gratidão às mulheres que são a base desta pesquisa, sem vocês isso não seria possível. Gratidão por toda paciência, todos os saberes transmitidos e toda assistência durante o andamento da pesquisa de campo. Em especial à liderança da Comunidade Pedra Branca que tornou possível a permanência de três dias na Ilha de Cotijuba, disponibilizando alojamento e sendo a mediadora para o andamento das entrevistas com as mulheres da Ilha.

Minha eterna gratidão a todas as pessoas que, de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para a finalização dessa etapa marcante da minha jornada terrena. Sou grata por encontrar o curso de desenvolvimento rural, onde posso externalizar meu amor pela Natureza, pelas matas, pelos meus ancestrais que nela habitam, juntamente com o prazer de ajudar o próximo.

Minha profunda gratidão à minha antiga versão que precisou morrer para que esta versão mais linda pudesse surgir. À nova Isadora, que aprendeu a se posicionar, a ter iniciativas, a falar em público, a ter coragem de viver e explorar o mundo com infinitas possibilidades de crescimento e que todos os dias aprende o autoamor.

Tudo o que você é hoje nasceu da
coragem de não desistir de si. E isso, por
si só, já é a prova mais bonita do seu
próprio poder.

Autor desconhecido

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o papel das mulheres na gestão dos quintais produtivos agroecológicos da Ilha de Cotijuba, identificando suas contribuições para o desenvolvimento sustentável e os principais desafios enfrentados em sua atuação. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com agricultoras, observação das unidades produtivas e análise descritiva dos dados coletados. Os resultados evidenciaram que as mulheres exercem papel central na gestão dos agroecossistemas, conduzindo o planejamento da produção, o manejo dos quintais e a comercialização dos excedentes, embora seu trabalho ainda seja marcado por invisibilidade, sobrecarga de funções e desigualdades de gênero. Observou-se, ainda, que os quintais produtivos constituem espaços estratégicos para a conservação da agrobiodiversidade, a segurança alimentar, a geração de renda e a transmissão de conhecimentos tradicionais, com predominância de práticas agroecológicas e forte articulação comunitária. As considerações apontam que o fortalecimento da autonomia feminina caminha paralelamente com o reconhecimento social de seu trabalho, a ampliação de políticas públicas e o incentivo à participação das mulheres nos processos de decisão e gestão dos territórios rurais. Como contribuição, o estudo amplia o debate sobre gênero, agroecologia e agricultura familiar na Amazônia, evidenciando a relevância da gestão feminina como elemento estruturante para a sustentabilidade, a valorização dos saberes locais e o desenvolvimento rural sustentável em contextos insulares.

Palavras-chave: Gestão feminina, agricultura familiar, agroecologia, ilha de Cotijuba, agricultoras.

ABSTRACT

This study aimed to analyze women's roles in the management of agroecological home gardens in five communities on Cotijuba Island, Pará, Brazil. Specifically, it sought to understand the trajectories of women farmers, characterize their participation in productive and social spaces, and identify community organization strategies. A qualitative approach was adopted, based on a literature review, semi-structured interviews with women farmers, observation of productive units, and descriptive analysis of the collected data. The findings revealed that women play a central role in the management of agroecosystems by planning agricultural production, managing home gardens, and marketing agricultural surplus, although their work continues to be marked by invisibility, work overload, and gender inequalities. The study also showed that agroecological home gardens are strategic spaces for the conservation of agrobiodiversity, the promotion of food security, income generation, and the transmission of traditional knowledge, supported by agroecological practices and strong community organization. The findings indicate that strengthening women's autonomy depends on greater social recognition of their work, the expansion of public policies, and the promotion of women's participation in decision-making and rural territorial governance. This study contributes to the debate on gender, agroecology, and family farming in the Amazon by highlighting women's management as a key element in promoting sustainability, valuing local knowledge, and fostering sustainable rural development in island territories.

Keywords: women's management; family farming; agroecology; Cotijuba Island; women farmers.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Motivação da pesquisa	14
2 OBJETIVOS	16
2.1 Objetivo Geral.....	16
2.2 Objetivos Específicos	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
3.1 <i>Lócus</i> de pesquisa.....	16
3.1.1 Aproximação e entrada no campo de pesquisa.....	18
3.2 Participantes da pesquisa.....	19
3.3 Procedimentos de coleta de dados	19
3.4 Dinâmica das visitas de campo	21
3.5 Observação das unidades produtivas	21
4 REFERENCIAL TEÓRICO	22
4.1 Da lógica hegemônica ao desenvolvimento rural sustentável.....	22
4.2 A importância da agricultura familiar	24
4.2.1 O envolvimento das mulheres na agroecologia.....	26
5 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ILHA DE COTIJUBA E A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES (MMIB).....	28
6 GESTÃO FEMININA NOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	32
6.1 Gênero e Trabalho no campo	34
6.2 Principais desafios relacionados à gestão	36
7 QUINTAIS PRODUTIVOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	38
7.1 Diversidade de estratégias femininas	38
7.2 Percepções das mulheres sobre os quintais produtivos.....	42
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
9 REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE.....	49

1 INTRODUÇÃO

A agroecologia tem se destacado como uma alternativa ao modelo convencional de produção agrícola, marcado pela simplificação dos sistemas produtivos e pela dependência de insumos externos (Altieri, 2012). Para Caporal e Costabeber (2004a), a agroecologia constitui uma abordagem capaz de integrar dimensões ecológicas, sociais, econômicas e culturais, orientando processos de desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido, Abramovay (1998) já alertava para os desafios da agricultura familiar frente às pressões globais, destacando a necessidade de modelos que valorizem a diversidade produtiva e a autonomia dos agricultores. Fonseca e Silva (2024) reforçam essa perspectiva ao analisar a formação socioproductiva da agricultura familiar amazônica, marcada pela heterogeneidade social e pela diversificação produtiva, elementos que estruturam a base de sustentabilidade no território paraense.

Nesse contexto, as mulheres assumem papel fundamental na construção e manutenção dos sistemas agroecológicos, atuando diretamente na gestão dos quintais produtivos, na conservação da biodiversidade e na promoção da segurança alimentar das famílias e comunidades.

Siliprandi (2015) evidencia que o protagonismo feminino é essencial para superar a invisibilidade histórica das mulheres no campo, enquanto Hillenkamp e Nobre (2018) ressaltam que os conhecimentos construídos pelas agricultoras relacionados ao cultivo de hortaliças, à produção de biofertilizantes, ao manejo do solo, ao controle ecológico de pragas e ao uso de plantas medicinais constituem importantes contribuições para o desenvolvimento de práticas agroecológicas e para a conservação da biodiversidade.

Além disso, Assis (2022) compreende a agroecologia como uma construção social e política, fundamentada na valorização dos saberes locais e na organização coletiva das comunidades amazônicas, o que reforça a centralidade da atuação feminina nesse processo.

O presente estudo tem como objeto de pesquisa a atuação das mulheres na gestão de sistemas agroecológicos na Ilha de Cotijuba, município de Belém, Pará, com enfoque nos quintais produtivos desenvolvidos em diferentes comunidades da ilha.

A pesquisa busca compreender como essas mulheres exercem funções de gestão, organização e produção, bem como os desafios enfrentados no cotidiano de suas atividades produtivas e sociais. Wanderley (2003) contribui para essa discussão ao analisar as transformações sociais e culturais no meio rural, destacando como a diversidade socioproductiva constitui um contraponto às lógicas hegemônicas de desenvolvimento.

Complementarmente, Kageyama (2008) apresenta indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento rural sustentável, que permitem avaliar a efetividade das práticas agroecológicas na promoção da justiça ambiental e da resiliência climática.

Diante desse contexto, a presente investigação busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira a atuação das mulheres na gestão dos quintais produtivos agroecológicos contribui para sua autonomia produtiva e para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável na Ilha de Cotijuba?

A relevância deste trabalho está associada à necessidade de ampliar a visibilidade das contribuições femininas para a agroecologia e para o desenvolvimento rural sustentável. Historicamente, o trabalho das mulheres no meio rural foi frequentemente tratado como complementar ou como mera ajuda às atividades familiares, o que contribuiu para sua invisibilização nos espaços produtivos e decisórios. Nesse sentido, discutir o protagonismo feminino na agroecologia representa uma importante contribuição para os debates sobre gênero, sustentabilidade e desenvolvimento territorial no campo amazônico.

Esta monografia está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica que orienta a pesquisa, abordando conceitos relacionados à agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento rural sustentável e protagonismo feminino nos processos produtivos rurais, além dos procedimentos metodológicos adotados. O segundo capítulo apresenta a contextualização histórica e territorial da Ilha de Cotijuba, destacando as características do território e a trajetória organizativa das mulheres. O terceiro capítulo reúne os resultados e as discussões da pesquisa, caracterizando a gestão feminina nos sistemas agroecológicos, os saberes e práticas produtivas, os desafios enfrentados pelas mulheres e suas contribuições para a autonomia produtiva, a segurança alimentar e o fortalecimento da agroecologia e do desenvolvimento sustentável local.

1.1 Motivação da pesquisa

A aproximação com o tema ocorreu através de vivências na Ilha de Cotijuba, onde se observou o protagonismo das mulheres nas práticas agroecológicas e na organização comunitária. Um exemplo prático disso foi a oficina de Beneficiamento de Plantas Medicinais na Comunidade Pedra Branca, realizada no dia 17 de maio, que reuniu 30 participantes da ilha e de Belém. Integrada ao projeto "Capim Santo"¹ (financiado pelo Fundo Dema), a ação foi

¹ O Projeto Capim Santo – Saberes Ancestrais da Floresta é uma iniciativa do Instituto ASFLORA desenvolvida na Comunidade da Pedra Branca, na Ilha de Cotijuba (Belém-PA), com o objetivo de implantar um horto de plantas medicinais e preservar os conhecimentos tradicionais relacionados ao uso dessas espécies. O projeto busca

realizada em parceria com o Instituto ASFLORA² e o Projeto Revoada³, contando com a condução de educadoras populares que uniram saberes técnico, tradicional e de liderança local.

A atividade funcionou como um espaço potente de troca de conhecimentos sobre a coleta adequada, o beneficiamento higiênico, as boas práticas de produção tradicionais e o uso racional de remédios caseiros. Ao resgatar receitas baseadas no conhecimento ancestral, a iniciativa valorizou a autonomia comunitária no cuidado da saúde a partir da terra, dando visibilidade à gestão feminina e garantindo a transmissão dessas práticas sustentáveis.

Além disso, verificou-se que grande parte das pesquisas desenvolvidas na localidade prioriza discussões relacionadas ao turismo de base comunitária, havendo menor aprofundamento acerca da atuação das mulheres nos sistemas produtivos agroecológicos, aspecto que despertou o interesse pela realização desta pesquisa.

Um dos aspectos que despertou o interesse por essa temática surgiu ainda durante a graduação em Desenvolvimento Rural, quando se evidenciou que a agroecologia representa uma alternativa fundamental para a construção de sistemas produtivos sustentáveis, saudáveis, inclusivos e socialmente justos.

Ao longo da formação acadêmica, especialmente por meio das atividades e vivências de campo, tornou-se claro que as práticas agroecológicas extrapolam as dimensões produtivas e ambientais, envolvendo também relações sociais, culturais e de gênero que influenciam diretamente a organização do trabalho no mundo rural.

Nesse contexto, as experiências em campo revelaram que, embora muitas mulheres desempenhem as mesmas atividades que os homens e, em diversos casos, assumam um número ainda maior de funções relacionadas à produção, à organização e à gestão dos espaços

fortalecer a autonomia comunitária, promover a educação ambiental e valorizar os saberes ancestrais sobre a biodiversidade amazônica. **ASFLORA**. Projeto Capim Santo – Saberes Ancestrais da Floresta. Belém: Instituto Amigos da Floresta Amazônica, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.asflora.org.br>>.

² O Instituto Amigos da Floresta Amazônica (ASFLORA) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 2000, que atua na promoção da conservação da biodiversidade amazônica e do desenvolvimento sustentável na Amazônia. Suas ações incluem educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, valorização dos conhecimentos tradicionais, fortalecimento das comunidades locais e desenvolvimento de projetos socioambientais em parceria com organizações comunitárias e instituições públicas e privadas. **ASFLORA**. Instituto Amigos da Floresta Amazônica. Disponível em: <<http://www.asflora.org.br>>.

³ O Projeto Revoada é uma iniciativa socioambiental desenvolvida em Belém (PA) que promove ações de educação ambiental, agroecologia, fortalecimento comunitário, economia solidária e valorização dos saberes tradicionais. Suas atividades incluem oficinas, mutirões, formações e ações coletivas voltadas ao desenvolvimento sustentável, incentivando o protagonismo de comunidades amazônicas, especialmente de mulheres, jovens e crianças. **PROJETO REVOADA**. Iniciativa socioambiental em Belém (PA). Disponível em: <<http://www.projetorevoada.org>>.

produtivos, seu trabalho frequentemente é invisibilizado e pouco reconhecido, inclusive por elas próprias.

Essa constatação motivou o desenvolvimento de uma pesquisa voltada ao fortalecimento da autonomia feminina, que evidencie as mulheres como produtoras, gestoras de seus empreendimentos, promotoras do desenvolvimento rural sustentável, produtoras de ciência e transmissoras de saberes e práticas agroecológicas.

A produção científica desenvolvida acerca da Ilha de Cotijuba apresenta significativa diversidade temática, refletindo as múltiplas dimensões sociais, ambientais e econômicas presentes no território. Entre os principais temas abordados destacam-se o turismo de base comunitária, a conservação ambiental, a educação ambiental, a agricultura familiar, o desenvolvimento local e as dinâmicas territoriais.

Grande parte dos estudos concentra-se na análise das potencialidades ambientais da ilha e dos desafios relacionados à conservação dos recursos naturais, especialmente diante do crescimento das atividades turísticas e das transformações socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas. Também são frequentes as pesquisas voltadas à agricultura familiar, ao extrativismo e às formas de organização comunitária presentes nas comunidades locais.

Apesar dessa diversidade temática, observa-se que ainda são reduzidos os estudos que analisam especificamente a relação entre agroecologia, gênero e gestão dos quintais produtivos. Na Ilha de Cotijuba, embora os estudos acadêmicos sobre a relação entre agroecologia, gênero e gestão dos quintais produtivos ainda sejam escassos, destacam-se iniciativas concretas que evidenciam o protagonismo feminino. O projeto Quintais Agroecológicos, desenvolvido pelo Instituto Amigos da Floresta Amazônica (ASFLORA) em parceria com o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), transformou quintais domésticos em sistemas agroflorestais, beneficiando centenas de famílias e fortalecendo a soberania alimentar.

Já o programa Semeadeiras, realizado pelo Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC) e organizações locais, promoveu a formação de mulheres negras em agroecologia e justiça climática, ampliando sua autonomia política e técnica. Complementarmente, o trabalho Saberes das Mulheres de Cotijuba consolidou a memória coletiva por meio de um livro, mapa cartográfico e manifesto político, reafirmando a centralidade das mulheres na gestão dos agroecossistemas.

Esses exemplos demonstram que, mesmo diante da escassez de pesquisas acadêmicas, existem experiências locais que comprovam a relevância da atuação feminina na sustentabilidade da agroecologia e na condução dos quintais produtivos.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna, ao analisar o papel desempenhado pelas mulheres na gestão dos quintais produtivos agroecológicos da Ilha de Cotijuba. Ao destacar suas experiências, desafios e estratégias de organização coletiva, o estudo amplia a compreensão sobre a contribuição feminina para a sustentabilidade dos agroecossistemas e para o fortalecimento das comunidades rurais amazônicas.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar o papel das mulheres na gestão dos quintais produtivos agroecológicos da Ilha de Cotijuba, identificando suas contribuições para o desenvolvimento sustentável e os principais desafios enfrentados em sua atuação.

2.2 Objetivos Específicos

- 1) Descrever o contexto histórico, territorial e social da Ilha de Cotijuba e a trajetória do Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB)
- 2) Caracterizar a gestão feminina nos espaços de sociabilidade, considerando a relação entre gênero e trabalho no campo bem como os principais desafios à gestão
- 3) Analisar as estratégias e as percepções das mulheres relacionadas aos quintais produtivos na Ilha de Cotijuba

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, utilizada para compreender a experiência das mulheres agricultoras na gestão dos quintais produtivos da Ilha de Cotijuba. O trabalho de campo foi realizado com as mulheres inseridas em quintais agroecológicos localizados nas comunidades

de Pedra Branca, Seringal, Poção, Praia Funda e Vai Quem Quer, de forma que se possibilite a compreensão de suas experiências, formas de organização produtiva e desafios.

Durante a pesquisa de campo, foram adotadas técnicas como entrevistas semiestruturadas, observação direta, revisão bibliográfica, registros fotográficos, gravação de voz.

3.1 *Lócus de pesquisa*

A ilha de Cotijuba possui uma área aproximada de 16,025 km², conforme aponta Quaresma (2017), com base nos estudos de Gutemberg Guerra e José Mariano Klautau (2001) sobre a dimensão insular de Belém. Localizada à margem direita do estuário do rio Pará, entre as baías do Marajó e do Guajará, a ilha situa-se a cerca de 33 km de Belém, apresentando extensão territorial de aproximadamente 15,94 km². Em acréscimo, destaca-se que:

"A área insular de Belém é formada por 42 ilhas totalizando uma área territorial de 33.203,67 km², ou seja, 65,64% de todo o território do município, e está distribuída da seguinte maneira físico-espacial. As ilhas do norte: área formada por 15 ilhas; as do centro leste: área formada por 3 ilhas; as do extremo oeste: área que apresenta 17 ilhas (Cotijuba está localizada nesta porção da Belém insular) e as do sul: área constituída por 8 ilhas. (Melo, 2010, p. 17)"⁴

Ainda de acordo com Quaresma (2017), Cotijuba integra o conjunto de ilhas antigas da região amazônica, sendo formada por depósitos arenosos e argilosos, além de camadas de arenito, características semelhantes às encontradas na terra firme continental.

A Ilha de Cotijuba possui atualmente uma população estimada entre 4.000 e 5.000 habitantes fixos. Em 15 de julho de 2020, a Câmara Municipal de Belém aprovou o Projeto de Lei nº 803/2020, que a caracteriza juridicamente como uma Área de Proteção Ambiental (APA). Essa medida garante que o desenvolvimento social e a conservação ecológica caminhem juntos no território insular.

O perfil socioeconômico local é marcado pela escassez de empregos formais e por rendimentos médios familiares baixos, que orbitam em torno de meio a um salário mínimo, gerando uma forte dependência de programas de transferência de renda (Rios, 2014).

Porém, as práticas produtivas tradicionais ganham centralidade diante da acentuada sazonalidade da atividade turística que movimenta a economia local apenas em períodos de alta

⁴ A Ilha de Cotijuba apresenta divergências quanto à sua extensão territorial. Quaresma (2017), com base nos estudos de Gutemberg Guerra e José Mariano Klautau, aponta área aproximada de 16,025 km², enquanto outros levantamentos registram 15,94 km². Essa diferença mínima decorre de metodologias distintas de mensuração cartográfica. Já Melo (2010, p. 17) destaca que a área insular de Belém é formada por 42 ilhas, totalizando 33.203,67 km², o que corresponde a 65,64% do território municipal, distribuídas em quatro porções físico-espaciais: norte (15 ilhas), centro-leste (3 ilhas), extremo oeste (17 ilhas, incluindo Cotijuba) e sul (8 ilhas).

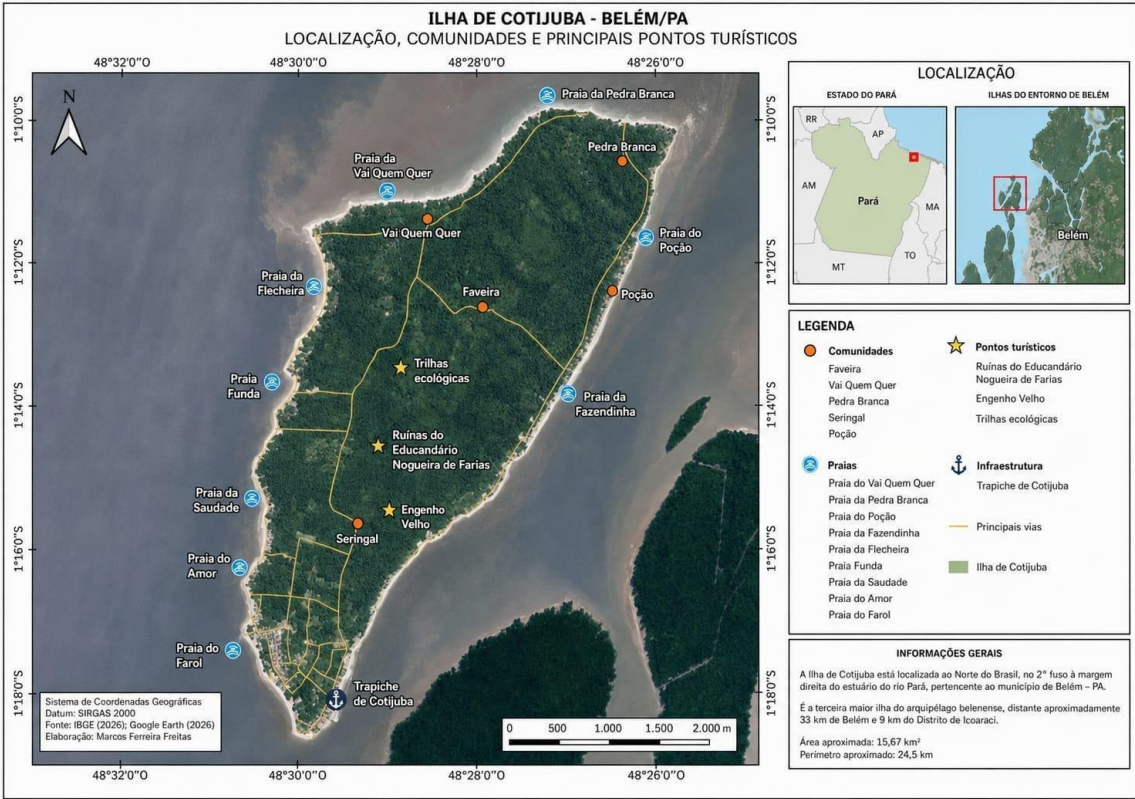
temporada e com limitações crônicas na infraestrutura básica e sanitária da ilha, como a falta de água encanada universalizada e esgotamento adequado (Melo, 2008; Rios, 2014).

Desse modo, as atividades ligadas à agricultura familiar, ao extrativismo e ao manejo de quintais produtivos configuram-se como pilares essenciais tanto para a geração de renda complementar quanto para a garantia da segurança alimentar das famílias residentes (CODEM, 2011; Rios, 2014).

A escolha da Ilha de Cotijuba (FIGURA 1), como campo de estudo, justifica-se por sua marcante dinâmica socioprodutiva associada a forma como o trabalho, o uso da natureza e a vida comunitária das famílias se transformam e se adaptam no dia a dia. Nota-se, contudo, que as pesquisas científicas na localidade se concentram predominantemente na área do turismo de base comunitária.

Frente a esse cenário, este trabalho busca, portanto, avançar nos estudos ao analisar o território pelo ponto de vista da agroecologia, dando destaque à gestão e ao papel das mulheres na reprodução social local.

Figura 1 - Localização da Ilha de Cotijuba: comunidades, pontos turísticos, e praias.



Fonte: Fapespa, 2024.

3.1.1 Aproximação e entrada no campo de pesquisa

A etapa de campo foi precedida por uma aproximação com a liderança da comunidade Pedra Branca, na Ilha de Cotijuba, com o objetivo de viabilizar a estadia da equipe de pesquisa e estabelecer os primeiros contatos com as mulheres participantes do Projeto Quintais Produtivos.⁵ Essa articulação foi fundamental para a identificação das possíveis participantes da pesquisa e para a construção de uma relação de confiança com as comunidades envolvidas.

A chegada à ilha ocorreu no dia 23 de abril de 2026 ocorrendo em três dias de pesquisa, sendo a hospedagem realizada na comunidade Pedra Branca, em espaço cedido pela liderança local.

Nesse primeiro momento, foram obtidas informações sobre a dinâmica das comunidades, as participantes que se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa e aspectos relacionados à organização social local. Também foram realizados diálogos informais com uma das agricultoras, possibilitando uma compreensão inicial sobre as relações comunitárias, as práticas de cooperação, a troca de mudas e sementes e a realização de mutirões voltados ao fortalecimento das atividades produtivas.

3.2 Participantes da pesquisa

A pesquisa contou com a participação de dez mulheres agricultoras residentes nas comunidades de Pedra Branca, Vai Quem Quer, Praia Funda, Seringal e Poção, todas envolvidas, direta ou indiretamente, com iniciativas agroecológicas e com o Projeto Quintais Produtivos, sendo esses os principais critérios para o desenvolvimento da pesquisa.

As participantes apresentam diferentes trajetórias de vida, experiências produtivas e níveis de envolvimento comunitário, permitindo compreender a diversidade de percepções e estratégias relacionadas à gestão dos quintais produtivos agroecológicos na Ilha de Cotijuba.

Entre as entrevistadas, destacam-se agricultoras responsáveis pela gestão de sistemas agroflorestais, mulheres envolvidas em projetos comunitários de produção sustentável e lideranças que atuam na organização social e política das comunidades, incluindo representantes do Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB).

⁵ O *Projeto Quintais Produtivos* é uma iniciativa agroecológica desenvolvida em comunidades da Amazônia paraense, como na ilha de Cotijuba (Belém/PA), que busca transformar pequenos espaços domésticos em sistemas produtivos sustentáveis. Liderado por mulheres organizadas em redes comunitárias, o projeto promove a diversificação de cultivos (frutíferas, hortaliças e plantas medicinais), fortalece a segurança alimentar, gera autonomia econômica e contribui para a preservação ambiental por meio de práticas agroflorestais. Além de recuperar áreas degradadas, a iniciativa valoriza saberes tradicionais e reafirma o protagonismo feminino na agricultura familiar amazônica, funcionando como alternativa concreta ao modelo hegemônico de desenvolvimento. AMAZÔNIA VOX. Projeto Raízes de Lideranças impulsiona quintais agroflorestais conduzidos por mulheres em Cotijuba. Belém: Amazônia Vox, 2024. Disponível em: <http://www.amazoniavox.com.br>.

Para preservar a identidade das participantes e garantir a confidencialidade das informações, optou-se por substituir seus nomes por espécies vegetais representativas da Amazônia e da cultura popular. Essa escolha assegura o anonimato ético da pesquisa, em conformidade com os princípios da ética em pesquisa.

3.3 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, observação direta das unidades produtivas e registros em diário de campo. As entrevistas seguiram um roteiro previamente elaborado, permitindo explorar temas relacionados à trajetória das participantes, à gestão dos quintais produtivos, às práticas agroecológicas desenvolvidas, à participação em organizações comunitárias e às percepções sobre os desafios enfrentados pelas mulheres agricultoras.

Antes da realização das entrevistas, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) às participantes, com o objetivo de esclarecer os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos, os aspectos éticos e a importância da participação voluntária. Conforme destaca Fonseca (2023), o TCLE representa um instrumento fundamental para estabelecer o contato inicial com os participantes, esclarecer a finalidade da pesquisa e criar um ambiente de confiança que favoreça a condução das entrevistas.

As ferramentas de pesquisa utilizadas foram fundamentais para garantir a qualidade e a confiabilidade das informações obtidas. A observação direta possibilitou compreender a realidade investigada a partir do contato com os participantes, permitindo identificar práticas, relações e aspectos que muitas vezes não seriam evidenciados apenas pelas respostas às entrevistas.

Paralelamente, o registro no diário de campo desempenhou papel essencial na sistematização das observações, percepções e acontecimentos relevantes ocorridos ao longo da pesquisa, contribuindo para uma análise mais detalhada e contextualizada.

O roteiro de entrevista semiestruturado (APÊNDICE A) favoreceu a coleta de dados por combinar perguntas previamente elaboradas com a flexibilidade necessária para aprofundar questões relevantes durante as entrevistas, possibilitando o redirecionamento da conversa de acordo com a realidade concreta vivenciada nas comunidades.

Os dados obtidos durante a pesquisa foram sistematizados e organizados de acordo com os objetivos propostos, articulando informações qualitativas e quantitativas. Para a organização das informações, elaboração de planilhas, tabulação dos dados e construção de gráficos, foi utilizado o Microsoft Excel, possibilitando a identificação de frequências e proporções entre as

respostas obtidas. Os dados quantitativos foram utilizados de forma descritiva, enquanto as informações qualitativas provenientes das observações de campo e entrevistas foram analisadas considerando os relatos, práticas e percepções das participantes.

A interpretação dos resultados foi realizada por meio da articulação entre os dados empíricos e o referencial teórico adotado, especialmente os conceitos relacionados à agroecologia, agricultura familiar, saberes locais, desenvolvimento rural sustentável, gênero e protagonismo feminino.

Dessa forma, a utilização articulada dessas ferramentas permitiu uma compreensão mais ampla e consistente do objeto de estudo, fortalecendo a interpretação dos dados e a qualidade da pesquisa.

Embora o roteiro de entrevista semiestruturado tenha contemplado diferentes dimensões relacionadas aos sistemas produtivos e à dinâmica dos agroecossistemas, como criação animal, manejo sanitário, práticas produtivas específicas e aspectos técnicos da produção, nem todas essas informações foram exploradas na presente pesquisa.

Essa opção metodológica decorreu do recorte analítico definido pelos autores, que priorizou a compreensão do protagonismo feminino na gestão dos sistemas agroecológicos da Ilha de Cotijuba, enfatizando aspectos relacionados à autonomia das mulheres, às relações comunitárias, aos quintais produtivos, às práticas agroecológicas e aos espaços de produção e sociabilidade.

Assim, os demais dados coletados permaneceram registrados e sistematizados, constituindo um importante banco de informações que poderá subsidiar futuras pesquisas, mas que, nesta investigação, não foram objeto de análise por não estarem diretamente alinhados aos objetivos propostos.

3.4 Dinâmica das visitas de campo

Durante os três dias de permanência na Ilha de Cotijuba, foram realizadas visitas às comunidades de Pedra Branca, Vai Quem Quer, Seringal, Poção e Praia Funda.

A primeira entrevista foi realizada na comunidade Pedra Branca com uma liderança local, possibilitando compreender aspectos relacionados à organização comunitária, à participação das mulheres nas atividades produtivas e à implementação do Projeto Quintais Produtivos. Ainda no mesmo dia, foi realizada uma segunda entrevista com uma agricultora que apresentou sua trajetória de chegada à ilha e descreveu o processo de implantação de seu sistema agroflorestal.

No segundo dia de campo, foi realizada uma entrevista na comunidade Vai Quem Quer. Em razão das condições climáticas características do inverno amazônico, não foi possível percorrer integralmente a área produtiva. Entretanto, a agricultora apresentou informações relevantes sobre sua trajetória, seus sistemas de cultivo e as estratégias de manejo adotadas em sua unidade produtiva.

No terceiro dia de campo, as atividades concentraram-se na comunidade Poção, onde foram realizadas quatro entrevistas. Entre as entrevistadas destacou-se uma jovem liderança reconhecida por sua atuação em iniciativas voltadas ao fortalecimento da autonomia feminina e ao desenvolvimento comunitário. Posteriormente, foi realizada mais uma entrevista na comunidade Seringal com uma participante do Projeto Quintais Produtivos.

A última entrevista foi realizada no terceiro dia de pesquisa de campo, na comunidade da Praia Funda com importante liderança local do Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB).

A entrevistada abordou a trajetória do movimento, sua contribuição para o fortalecimento da autonomia produtiva feminina e sua atuação na promoção da bioeconomia e da agroecologia na ilha. Também, compartilhou sua trajetória pessoal como filha de agricultores e moradora de Cotijuba, relatando as transformações ocorridas no território ao longo do tempo e apresentando seu quintal produtivo, cuja produção excedente é destinada, principalmente, a trocas e doações entre moradores da comunidade.

3.5 Observação das unidades produtivas

A observação das unidades produtivas constituiu uma etapa fundamental da pesquisa, permitindo relacionar os discursos das entrevistadas às práticas efetivamente desenvolvidas em seus quintais. As visitas possibilitaram identificar a diversidade de espécies cultivadas, os sistemas agroflorestais implantados, o uso de plantas medicinais, a criação de pequenos animais e as estratégias de manejo utilizadas pelas agricultoras.

Além dos aspectos produtivos, as observações evidenciaram a importância dos quintais como espaços de sociabilidade, transmissão de conhecimentos, conservação da biodiversidade e fortalecimento da segurança alimentar das famílias. Também, foi possível perceber o protagonismo das mulheres na organização e manutenção desses espaços, reforçando seu papel na gestão dos agroecossistemas e na promoção de práticas agroecológicas na Ilha de Cotijuba.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Da lógica hegemônica ao desenvolvimento rural sustentável

A chamada Revolução Verde constituiu um importante marco no processo de modernização da agricultura, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, difundindo um modelo produtivo baseado no uso intensivo de tecnologias, sementes de alto rendimento, fertilizantes químicos, agrotóxicos, mecanização e especialização dos sistemas agrícolas. Embora tenha contribuído para expressivos aumentos de produtividade, seus efeitos também envolveram impactos sociais e ambientais, como concentração fundiária, êxodo rural, redução da diversidade produtiva, monoculturas, degradação ambiental e dependência de insumos externos (Octaviano, 2010; Campagnolla; Macêdo, 2022).

Nesse contexto, Ehlers (1996) destaca que os questionamentos aos limites da agricultura convencional impulsionaram a busca por alternativas capazes de conciliar produção, conservação ambiental e permanência das populações no campo.

É nesse cenário que a agroecologia ganha relevância como perspectiva de transformação dos sistemas produtivos. Altieri (2004) e Gliessman (2000) defendem uma abordagem integrada dos agroecossistemas, valorizando a diversidade, os processos ecológicos e o uso sustentável dos recursos disponíveis. Essa perspectiva também possibilita reconhecer os conhecimentos tradicionalmente construídos pelas comunidades, incluindo aqueles desenvolvidos pelas mulheres, relacionados à conservação da biodiversidade, sementes, alimentos e manejo dos espaços produtivos (Shiva, 1991).

Assim, a discussão sobre a Revolução Verde contribui para compreender a transição entre modelos agrícolas e reforça a importância da agroecologia, da autonomia dos agricultores e do protagonismo feminino na construção de sistemas produtivos mais diversificados, sustentáveis e socialmente inclusivos.

O modelo hegemônico de desenvolvimento mundial, predominantemente externo, consolidou valores que sustentam uma utilização intensiva dos recursos naturais, orientada por interesses econômicos imediatos.

Essa lógica tende a relegar a natureza a um papel secundário frente às demandas de crescimento econômico, criando obstáculos à consolidação da agricultura familiar amazônica paraense. Em contraposição, a agricultura familiar estrutura-se na reprodução da unidade doméstica e em práticas produtivas diversas, adaptadas às especificidades regionais, resultando

na produção de alimentos voltados ao consumo interno e, em grande parte, livres de insumos químicos nocivos.

A agricultura familiar amazônica enfrenta desafios estruturais diante das pressões globais, como já apontava Abramovay (1998), ao analisar a necessidade de resistência e adaptação frente às dinâmicas de mercado e às políticas hegemônicas.

Nesse contexto, a agroecologia surge como ciência e prática orientadora da transição para modelos sustentáveis, conforme defendem Caporal e Costabeber (2004b), articulando produção agrícola e conservação ambiental. Mais recentemente, Assis (2022) amplia essa perspectiva ao compreender a agroecologia como construção social e política, fundamentada na valorização dos saberes locais, na autonomia dos agricultores e na organização coletiva das comunidades amazônicas.

O protagonismo feminino, evidenciado por Siliprandi (2015), revela-se essencial para superar a invisibilidade das mulheres no campo, especialmente na gestão dos quintais produtivos e na condução de processos que asseguram segurança alimentar, autonomia econômica e sustentabilidade social.

Wanderley (2003) contribui ao discutir as transformações sociais e culturais no meio rural, destacando como a diversidade socioprodutiva constitui um contraponto às lógicas dominantes de desenvolvimento. Complementarmente, Kageyama (2008) oferece indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento rural sustentável, que permitem avaliar a efetividade das práticas agroecológicas na promoção da justiça ambiental e da resiliência climática.

Esses conhecimentos, transmitidos e recriados ao longo do tempo, estruturam uma base produtiva consolidada por meio do povoamento agrícola e dos movimentos migratórios, resultando em uma ampla diversidade de sistemas de produção. A lógica agroecológica, ao valorizar os saberes locais e tradicionais, orienta práticas de cultivo diversificadas, manejo sustentável dos recursos naturais e estratégias de convivência com o ambiente amazônico. Nesse sentido, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) se destacam como estratégia de produção sustentável, integrando espécies agrícolas, florestais e medicinais, e fortalecendo a agricultura familiar.

Assim, compreender essa dinâmica é fundamental para evidenciar como a agricultura familiar amazônica contribui para o segmento agroecológico, reafirmando o papel central das mulheres e consolidando uma visão crítica e contextualizada sobre o rural paraense. O equilíbrio nos agroecossistemas não apenas conserva a biodiversidade, mas também promove segurança e soberania alimentar, reduzindo a dependência do mercado e reforçando a autonomia das comunidades locais.

A sustentabilidade, nesse cenário, fundamenta-se no reconhecimento da identidade cultural e local como elemento central para o desenvolvimento (Sachs, 2002, *apud* Lacerda *et al.*, 2015). Para Caporal (2007a), o desenvolvimento rural sustentável deve estar baseado na agroecologia, na valorização dos conhecimentos locais, na participação social e na conservação dos recursos naturais.

Nessa mesma perspectiva, Assis (2022) argumenta que a agroecologia representa um projeto de transformação social e política dos sistemas agroalimentares, fortalecendo a autonomia dos agricultores, a organização coletiva e a valorização dos territórios amazônicos. Portanto, quando o desenvolvimento respeita e valoriza essas identidades, torna-se mais adequado à realidade local, fortalecendo o protagonismo e a autonomia das comunidades rurais.

Nessa perspectiva, para que o desenvolvimento rural sustentável venha de fato a ser consolidado, é preciso que haja rompimento com práticas que resultam na degradação ambiental, social e cultural, características do modelo hegemônico de desenvolvimento. A transição para esse novo paradigma pressupõe o fortalecimento de práticas agroecológicas construídas coletivamente, capazes de integrar conservação ambiental, justiça social e valorização dos conhecimentos tradicionais.

Portanto, a agricultura familiar desempenha um papel central na construção do desenvolvimento rural sustentável, atuando na mitigação das mudanças climáticas e na proteção do meio ambiente, além de promover a restauração de áreas degradadas e a conservação da natureza.

Sob essa perspectiva, como destaca Kageyama (2008), o desenvolvimento rural não se restringe ao crescimento da produção agropecuária, mas envolve melhorias nas condições de vida da população rural, abrangendo dimensões econômicas, sociais, ambientais e institucionais.

Essa compreensão é reforçada por Assis (2022), ao evidenciar que a agroecologia na Amazônia constitui um processo coletivo de construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, baseado na valorização dos territórios, dos saberes tradicionais e da autonomia das comunidades rurais.

4.2 A importância da agricultura familiar

A agricultura familiar brasileira possui raízes históricas no campesinato e nas formas de organização do trabalho baseadas na família, na terra e no território. Ao longo de sua trajetória, as famílias rurais desenvolveram estratégias de diversificação e adaptação para garantir sua

reprodução social e econômica, mesmo diante das transformações provocadas pela modernização agrícola e pela Revolução Verde. Esse processo aprofundou desigualdades no campo, sobretudo pela dificuldade de acesso de muitos agricultores ao crédito, à terra, à assistência técnica e aos mercados (Wanderley, 1996; Silva, 1982; Abramovay, 1992).

O reconhecimento da agricultura familiar como categoria social e política resultou também de um histórico de mobilização e luta dos agricultores, movimentos sociais e organizações rurais por direitos, acesso à terra, crédito e políticas públicas específicas. Essas reivindicações contribuíram para a criação do PRONAF, em 1996, e posteriormente para a Lei nº 11.326/2006, que estabeleceu diretrizes para as políticas públicas destinadas à agricultura familiar (Brasil, 1996; Brasil, 2006).

A partir desse processo, a categoria passou a ocupar maior espaço no debate sobre o desenvolvimento rural, sendo reconhecida por sua capacidade de produzir alimentos, gerar renda, preservar conhecimentos e fortalecer os territórios. Atualmente, sua diversidade produtiva aproxima-se de perspectivas como a agroecologia, especialmente pela valorização dos saberes locais, da diversificação, da autonomia e da sustentabilidade.

Assim, a trajetória da agricultura familiar é marcada não apenas por transformações produtivas, mas também por resistências, organização coletiva e conquistas políticas, elementos fundamentais para compreender sua permanência e relevância no meio rural brasileiro.

A agricultura familiar configura-se como um importante componente do desenvolvimento rural sustentável, uma vez que os agricultores familiares atuam como protagonistas na produção de alimentos saudáveis e diversificados.

No Brasil, esse segmento representa 77% dos estabelecimentos agropecuários, ocupando 23% da área total e gerando cerca de R\$ 107 bilhões em valor de produção. Além disso, emprega 67% da mão de obra rural, o que corresponde a mais de 10 milhões de pessoas. Em termos de alimentos, é responsável por 87% da mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, 38% do café e 34% do arroz produzidos no país, evidenciando sua relevância para a segurança alimentar e nutricional da população (FAO, 2014; IBGE, 2017).

Complementando essa perspectiva, Abramovay (1998) destaca a agricultura familiar como uma forma social de produção capaz de articular eficiência econômica, reprodução social e desenvolvimento territorial. Para o autor, essa característica contrapõe-se às previsões que apontavam o desaparecimento da agricultura familiar diante da expansão das relações capitalistas no campo, evidenciando sua capacidade de adaptação, permanência e contribuição para o desenvolvimento rural.

No contexto amazônico, a agricultura familiar assume características próprias, constituindo-se como uma realidade marcada pela diversidade sociocultural, pela pluralidade de sistemas produtivos e pela estreita relação entre as famílias agricultoras e os territórios onde vivem. Fonseca e Silva (2024) destacam que a agricultura familiar amazônica não pode ser compreendida de forma homogênea, pois resulta da reprodução dos modos de vida camponeses, dos conhecimentos tradicionais e da integração entre trabalho familiar e manejo da natureza em diferentes ambientes, como terra firme, várzea, ilhas e áreas extrativistas.

Essa heterogeneidade socioprodutiva diferencia a agricultura familiar amazônica do modelo agrícola convencional, baseado na simplificação dos sistemas produtivos e na monocultura. Ao contrário, a diversificação da produção constitui uma de suas principais características, integrando cultivos agrícolas, extrativismo, criação de animais e Sistemas Agroflorestais (SAFs), o que fortalece a conservação da biodiversidade, amplia a segurança alimentar e contribui para a geração de renda das famílias rurais.

Além disso, Fonseca e Silva (2024) ressaltam que a agricultura familiar paraense expressa um dinamismo social, econômico, cultural e ambiental que exige políticas públicas capazes de reconhecer as especificidades dos diferentes territórios amazônicos. Nessa perspectiva, o desenvolvimento rural sustentável depende da valorização das potencialidades locais, da diversificação produtiva, da participação dos atores sociais e do fortalecimento das organizações comunitárias, considerando as trajetórias e os projetos de vida das famílias agricultoras.

Essa compreensão dialoga com Wanderley (2003), ao reconhecer que a agricultura familiar mantém estreita relação com o campesinato, preservando formas próprias de organização social, trabalho e reprodução da vida no campo. Da mesma forma, reforça a perspectiva de que o desenvolvimento rural deve considerar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais dos territórios, superando abordagens centradas exclusivamente no aumento da produtividade agrícola.

Nesse sentido, entende-se que a agricultura familiar constitui uma lógica fundamental para a reprodução social, econômica, ambiental e cultural das famílias rurais. Mais do que um modelo de produção, representa uma estratégia de desenvolvimento territorial capaz de conciliar produção de alimentos, conservação dos recursos naturais, valorização dos saberes locais e fortalecimento das comunidades.

No contexto amazônico paraense, essa perspectiva evidencia que a diversificação produtiva, a integração entre sociedade e natureza e a organização coletiva constituem elementos essenciais para a construção de alternativas sustentáveis ao modelo agrícola

hegemônico, reafirmando a agricultura familiar como um dos principais pilares do desenvolvimento rural sustentável.

4.2.1 O envolvimento das mulheres na agroecologia

A agroecologia ultrapassa a dimensão estritamente ambiental, uma vez que viabiliza sistemas produtivos sustentáveis e promove transformações sociais nos territórios rurais. Nesse contexto, torna-se imprescindível analisar sua relação com as formas coletivas de organização social, especialmente aquelas que contribuem para o fortalecimento da autonomia produtiva das mulheres. Mais do que um modelo de produção, a agroecologia constitui uma proposta de desenvolvimento baseada na valorização da diversidade de saberes, na conservação dos recursos naturais e na construção de relações sociais mais justas e participativas.

Nesse cenário, as mulheres desempenham papel fundamental na consolidação dos sistemas agroecológicos. Sua atuação na produção de alimentos, no manejo da agrobiodiversidade, na conservação de sementes, na gestão dos quintais produtivos e na organização comunitária evidencia sua contribuição para a reprodução social, econômica e ambiental da agricultura familiar. Conforme Siliprandi (2015), a agroecologia tem favorecido a visibilidade do trabalho feminino, fortalecendo a atuação das mulheres como sujeitos políticos e econômicos e ampliando sua participação nos processos de decisão nos territórios rurais.

Entretanto, a inserção feminina na agricultura familiar ainda é marcada por desigualdades historicamente construídas. Brumer (2004) demonstra que, mesmo participando intensamente das atividades produtivas, as mulheres frequentemente não são reconhecidas como chefes das unidades produtivas, permanecendo excluídas dos processos de sucessão da propriedade e dos espaços de tomada de decisão. Essa condição decorre da divisão sexual do trabalho, que atribui aos homens a responsabilidade pela gestão patrimonial e às mulheres atividades frequentemente consideradas como extensão das tarefas domésticas, contribuindo para a invisibilidade de seu trabalho.

Além da desigualdade na divisão do trabalho, Brumer (2008) ressalta que os processos sucessórios e as estratégias familiares historicamente privilegiaram os homens como herdeiros da terra, enquanto as mulheres foram direcionadas ao casamento, à migração ou a outras formas de afastamento da atividade agrícola. Mesmo diante das transformações sociais e da ampliação da escolarização, persistem mecanismos que limitam o reconhecimento da mulher como gestora da propriedade rural, reforçando relações desiguais de poder no meio rural.

Nesse contexto, a agroecologia apresenta-se como uma alternativa capaz de contribuir para a superação dessas desigualdades. Ao reconhecer os conhecimentos tradicionais, estimular

a participação coletiva e valorizar o trabalho desenvolvido pelas agricultoras, fortalece processos de autonomia, organização social e construção de novas relações de gênero.

Como destaca Siliprandi (2015), o trabalho das mulheres não deve ser compreendido como mera ajuda às atividades masculinas, mas como elemento estruturante da gestão e da reprodução dos agroecossistemas, condição indispensável para a construção de um desenvolvimento rural mais justo e sustentável.

Essa perspectiva dialoga com Wanderley (2003), ao reconhecer que a agricultura familiar constitui uma forma social de produção em que as relações familiares e comunitárias desempenham papel decisivo na reprodução econômica, social e cultural dos territórios rurais. Dessa forma, a organização coletiva das mulheres fortalece espaços de aprendizagem, troca de experiências e construção compartilhada de conhecimentos, ampliando sua capacidade de participação nos processos decisórios e na gestão dos territórios.

Entretanto, conforme ressaltam Caporal e Costabeber (2004b), a consolidação da agroecologia depende também do fortalecimento de políticas públicas capazes de ampliar o acesso das mulheres à assistência técnica, ao crédito, à comercialização, à formação e aos espaços de participação social. Essas iniciativas são fundamentais para reduzir os impactos da divisão sexual do trabalho, promover maior equidade de gênero e reconhecer efetivamente a contribuição feminina para a agricultura familiar.

Assim, compreender o protagonismo das mulheres na agroecologia significa reconhecer que sua atuação vai além da produção de alimentos. As agricultoras participam da conservação da agrobiodiversidade, da transmissão de conhecimentos tradicionais, da gestão dos quintais produtivos e da organização comunitária, constituindo agentes fundamentais para a construção do desenvolvimento rural sustentável.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a realidade das agricultoras da Ilha de Cotijuba, onde a gestão feminina dos quintais produtivos evidencia a articulação entre saberes locais, autonomia econômica, segurança alimentar e conservação ambiental, aspectos centrais da presente pesquisa.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ILHA DE COTIJUBA E A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES (MMIB)

Este capítulo apresenta a contextualização histórica, territorial e social da Ilha de Cotijuba, o que traz como destaque os processos de ocupação, as características socioambientais e a organização comunitária existente no território. Além disso, aborda a trajetória do Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), enfatizando sua importância para o

fortalecimento da participação feminina, da agroecologia e das estratégias de desenvolvimento sustentável nas comunidades insulares.

Os primeiros registros de ocupação da Ilha de Cotijuba estão associados aos povos indígenas Tupinambá, responsáveis pela origem da denominação do território. Segundo Melo (2010), o nome Cotijuba deriva da língua tupi e significa “trilha dourada”, em referência ao solo argiloso e às falésias amareladas da ilha, bem como aos reflexos dourados da lua e do sol sobre as areias e águas das baías do Marajó e do Guajará, evidenciando a forte relação histórica entre os povos originários e o ambiente local.

O processo de ocupação não indígena da Ilha de Cotijuba apresenta diferentes fases históricas que marcaram profundamente sua configuração social e territorial. No início do século XX, a instalação da chamada Fazendinha, voltada ao beneficiamento de arroz, constituiu-se como o primeiro núcleo de atividade econômica estruturada na ilha (Melo, 2010). Essa iniciativa atraiu trabalhadores rurais e favoreceu a formação dos primeiros núcleos populacionais permanentes. Com o declínio da produção arrozeira, parte dessa população permaneceu, contribuindo para a consolidação das comunidades que hoje compõem o território (Melo, 2010).

A partir da década de 1930, Cotijuba passou a ser associada a instituições de confinamento. Em 1930, durante o governo de Magalhães Barata, foi criada a Colônia Reformatória de Cotijuba (CRC), destinada a adolescentes considerados infratores ou em situação de abandono (Amaral, 1992). Essa instituição marcou o início da utilização da ilha como espaço de correção e isolamento social. Posteriormente, na década de 1950, foi instalado o Educandário Nogueira de Faria, que recebia jovens do sexo masculino entre 12 e 21 anos, reforçando o caráter correcional da ilha (Silva, 2003).

Paralelamente, em 1945, foi implantado o Instituto de Reeducação Social, uma colônia penal voltada a adultos de menor periculosidade (Dergan, 2000). Essa instituição ampliou o papel da ilha como espaço prisional e de reclusão. Durante o período da ditadura militar (1964–1985), Cotijuba recebeu presos políticos, além de detentos comuns, consolidando sua imagem como a chamada “Ilha do Diabo”, marcada por relatos de tortura psicológica e violência (Silva, 2003).

Localizada na região insular do município de Belém, Cotijuba apresenta características ambientais singulares, marcadas pela presença de florestas, áreas de vegetação secundária, praias de água doce e elevada biodiversidade. Essas condições favorecem o desenvolvimento

de atividades como agricultura familiar, pesca artesanal, extrativismo, turismo de base comunitária e sistemas agroecológicos.

Segundo Melo (2010), a agricultura familiar permanece como uma atividade importante em Cotijuba, desempenhando papel fundamental na reprodução social das famílias locais. Essa prática é realizada em roças policultoras, onde se cultivam hortaliças e espécies variadas como couve-flor (*Brassica oleracea* var. *botrytiscauliflora*), macaxeira (*Manihot esculenta*), feijão-verde (*Vigna sinensis*), cebolinha (*Allium fistulosum*), cheiro-verde (*Coriandrum sativum*) e alface (*Lactuca sativa*). Esses cultivos se somam ao pescado e a frutos como o açai (*Euterpe oleracea*) e a bacaba (*Oenocarpus circumtextus*), compondo a base alimentar cotidiana das comunidades.

Atualmente, comunidades como Pedra Branca, Seringal, Praia Funda, Poção e Vai Quem Quer desenvolvem experiências produtivas diversificadas, nas quais os quintais produtivos desempenham papel fundamental para a segurança alimentar, geração de renda e conservação ambiental. Nesses espaços, observa-se a integração entre cultivos agrícolas, criação animal e uso de espécies medicinais, fortalecendo estratégias de reprodução social e sustentabilidade no território.

A organização social da Ilha de Cotijuba caracteriza-se pela atuação de associações comunitárias, grupos produtivos, movimentos sociais e instituições parceiras que contribuem para o fortalecimento das comunidades locais. Essas organizações desempenham papel fundamental na promoção da agricultura familiar, da agroecologia e da participação comunitária nos processos de desenvolvimento territorial.

Nesse contexto, destaca-se o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) (FIGURA 2), oficialmente criado em 6 de setembro de 2002, mas cuja trajetória teve início ainda em 1998, a partir da criação do Grupo de Mulheres da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba (GM-APIC). A iniciativa surgiu em resposta à limitada participação feminina nos espaços de decisão da associação, predominantemente, ocupados por homens.

Figura 2 – Placa da loja “Produtos Cotijuba”, vinculada ao Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, onde também está instalada a Associação do Movimento, localizada na Ilha de Cotijuba (Belém-PA).



Fonte: Redes sociais, 2026.

A partir da mobilização de lideranças femininas, foi criado um grupo que inicialmente reuniu vinte e cinco mulheres envolvidas na produção de doces, compotas, licores e produtos agrícolas (Marçal, 2023).

Atualmente, o grupo conta com mais de setenta associadas e tem como foco principal a autonomia financeira das mulheres, durante uma das entrevistas com a coordenadora foi destacado pontos sobre a organização:

“O MMIB é uma associação de mulheres, como eu comentei né, que trabalha dentro da comunidade, nosso foco é o desenvolvimento da mulher, financeiro da mulher, então a gente procura trabalhar essa autonomia financeira, fazer cursos voltados para as mulheres para que elas possam ter uma renda” (Entrevista concedida por Andiroba em abril de 2026, na ilha de Cotijuba, localizada a cerca 33km de Belém).

Ao longo do tempo, a associação expandiu suas atividades e hoje atua em várias frentes: promove ações sociais, realiza atividades para idosos, incentiva a leitura infantil e desenvolve o turismo comunitário.

Essas iniciativas têm sido fundamentais para gerar renda e impulsionar o empreendedorismo feminino na ilha, unindo o protagonismo social das mulheres a soluções socioambientais. Um exemplo citado pelas agricultoras refere-se ao incentivo à implantação dos quintais produtivos, apoiados pela EMATER e pelo projeto Território Sustentável, vinculado ao governo federal. Como relatou uma participante:

“Quando a gente começou com o quintal produtivo, junto com o pessoal da EMATER, nós conseguimos implantar 60 quintais. Pessoas que tinham até 1 hectare de terra puderam plantar. Muitas mulheres abraçaram a causa porque são donas da sua propriedade, mas muitos homens também participaram e colocaram em suas áreas” (Entrevista concedida Andiroba em abril de 2026, na ilha de Cotijuba, localizada a cerca 33km de Belém).

A criação do MMIB representou um marco para a organização das mulheres nas ilhas de Belém, pois ampliou sua participação política e fortaleceu os processos de autonomia econômica e social. Desde sua criação, o movimento desenvolve ações voltadas à valorização da agroecologia, dos saberes tradicionais e do protagonismo feminino nas comunidades.

Além da atuação política, o movimento articula parcerias com diferentes instituições, como o Instituto Amigos da Floresta Amazônica (ASFLORA), o Instituto Peabiru, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e empresas privadas. Essas articulações possibilitam a implementação de projetos relacionados à agroecologia, meliponicultura, artesanato, capacitação profissional, liderança comunitária e geração de renda.

Entre os projetos desenvolvidos destacam-se iniciativas voltadas à criação de abelhas sem ferrão, implantação de viveiros comunitários, produção de bijuterias, cursos de artesanato, oficinas de liderança feminina e ações de educação ambiental. Essas experiências contribuem para o fortalecimento da autonomia das mulheres, para a valorização dos conhecimentos tradicionais e para a construção de estratégias de desenvolvimento local sustentável.

Dessa forma, o MMIB consolidou-se como um importante instrumento de mobilização social, resistência e empoderamento feminino, fortalecendo a participação das mulheres nos processos decisórios e ampliando sua visibilidade nas comunidades insulares de Belém.

6 GESTÃO FEMININA NOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE

Os dados (FIGURA 3) da pesquisa demonstram que 60% das mulheres entrevistadas se reconhecem como gestoras de seus espaços, sendo responsáveis pelo planejamento da produção, organização das atividades agrícolas e tomada de decisões relacionadas aos quintais produtivos, o que é observado em uma das falas das interlocutoras afirmando que as decisões são tomadas por ela:

“Nossos negócios são completamente diferentes. Ele só é a figura companheiro, ele tem os negócios dele, os negócios dele. A minha partilha de informações e de negócios é com o coletivo do terreiro. A qual ele não participa. Então é só nós mulheres que gerenciamos mesmo. só é pra fazer a força, quando precisa arranjar alguém pra fazer a força, ele faz” (Entrevista

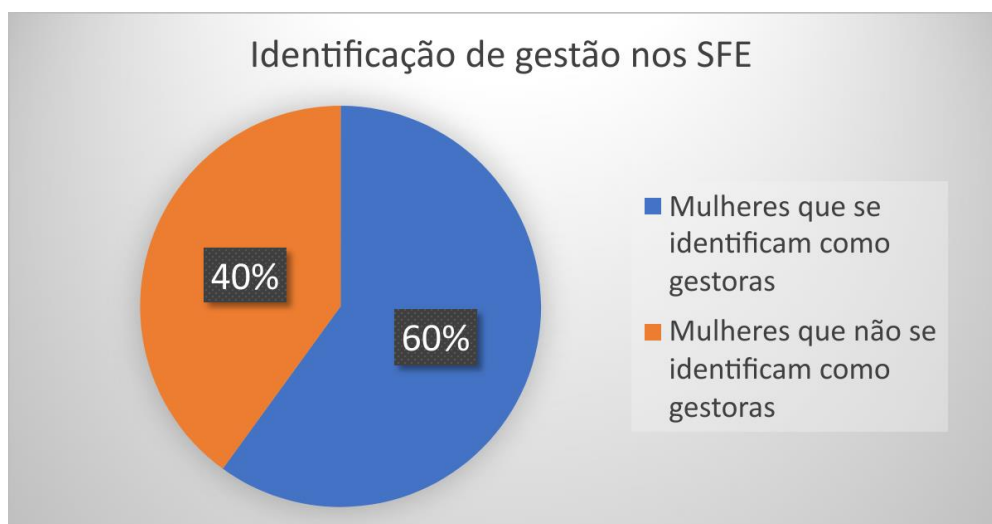
concedida por Açaí em abril de 2026, na ilha de Cotijuba, localizada a cerca 33 km de Belém).

"Aqui em casa sou eu quem decide o que vai plantar, como organizar o quintal e o que vai ficar para o consumo da família ou para vender." (...)” (Entrevista concedida Cumaru em abril de 2026, na ilha de Cotijuba, localizada a cerca 33km de Belém)

Os demais 40% (FIGURA 3) afirmaram que as decisões são compartilhadas com seus companheiros, como mostra no relato abaixo:

“Não, não, a gente sempre conversa. (...) Às vezes sim, às vezes não. Aí às vezes vai, quando também ele acha que não, aí para ali, entendeu? Passa mais com ele porque ele que trabalha mais que eu, como eu disse não tem problema se eu não posso estar lidando com o negócio de terra (...) aí criação é ele que cuida” (Entrevista concedida por Copaíba em abril de 2026, na ilha de Cotijuba, localizada a cerca 33km de Belém)

FIGURA 3: Gestão família-estabelecimento.



Fonte: Dados de campo, elaborado pelos autores (2026).

Segundo Brumer (2004), embora as mulheres participem ativamente da gestão das unidades familiares, muitas vezes, sua atuação permanece invisibilizada, sendo reconhecida apenas como apoio ao trabalho masculino. Porém, Siliprandi (2015) afirma que a agroecologia fortalece a autonomia feminina ao ampliar sua participação nas decisões produtivas e valorizar os conhecimentos construídos pelas agricultoras.

Nessa perspectiva, os resultados obtidos neste estudo dialogam com as discussões de Brumer (2004) e Siliprandi (2015), o que evidencia as funções exercidas a por meio do protagonismo de mulheres na gestão dos agroecossistemas, ainda que nem sempre reconheçam formalmente esse papel.

Observa-se que a autonomia produtiva se manifesta na capacidade de decidir sobre o manejo dos quintais, organizar os cultivos, administrar os recursos disponíveis e participar das estratégias de comercialização.

A autonomia produtiva e a condição de gestora são dimensões complementares, mas que não se confundem. Enquanto a primeira está associada à capacidade das mulheres de conduzir o trabalho, controlar os recursos gerados e deliberar sobre a produção e a comercialização, a gestão abrange o planejamento, a organização e a administração do empreendimento. É possível compreender a complexidade dessa realidade na fala da liderança da comunidade Pedra Branca com base no trecho

“Olha é uma das coisas mais difíceis eu vivo falando (...) É porque como a gente tem várias direções de trabalho é uma coisa que sempre a gente está trazendo o curso de gestão, mas ao mesmo tempo eu tenho dificuldade de fazer a gestão dos meus negócios” (Entrevista concedida por Açaí em abril de 2026, na ilha de Cotijuba, localizada a cerca 33 km de Belém).

Nesse sentido, o fortalecimento da autonomia impulsiona o desenvolvimento de competências gerenciais, uma vez que o acesso aos meios de produção, à renda e aos espaços de poder amplia a capacidade feminina de liderar suas atividades de forma independente.

De maneira recíproca, o exercício da gestão consolida essa autonomia ao proporcionar maior controle sobre os processos econômicos e sociais. Assim, embora se trate de conceitos distintos, ambos são interdependentes e cruciais para o empoderamento feminino, especialmente na agricultura familiar, onde a administração dos sistemas produtivos se consolida como um valioso instrumento de emancipação.

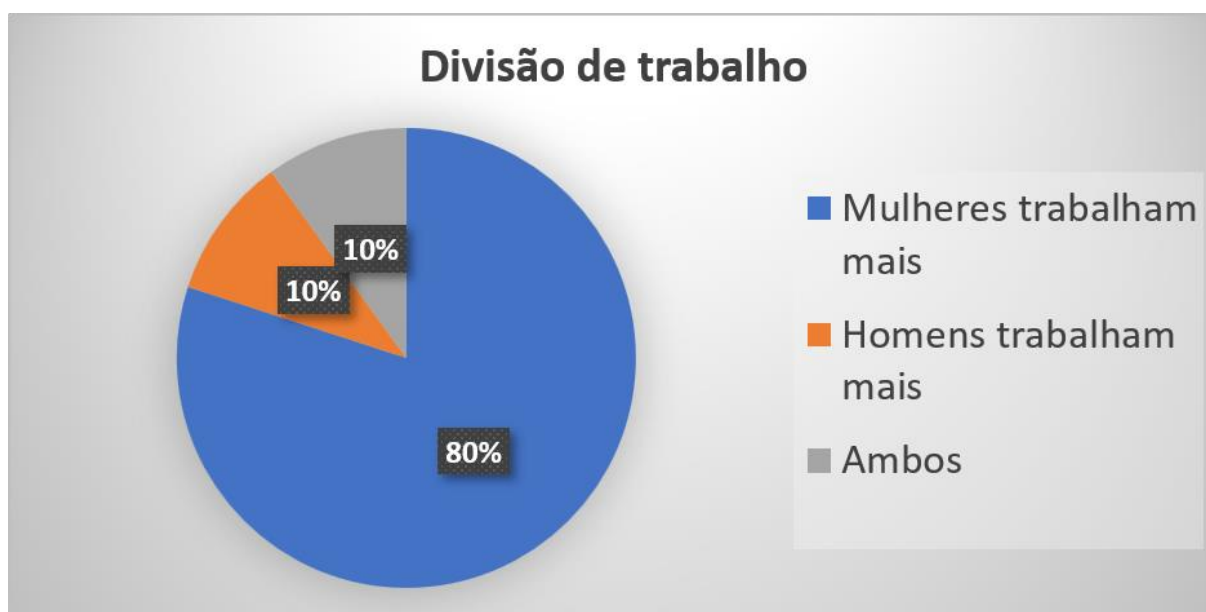
Essa dinâmica encontra sustentação teórica em Naila Kabeer (1999), que conceitua o empoderamento como o processo de ampliação da capacidade dos indivíduos de fazer escolhas estratégicas sobre suas próprias vidas. A autora destaca que o acesso aos recursos, o exercício da agência (capacidade de ação e decisão) e a conquista de resultados constituem as dimensões fundamentais desse processo. Sob essa perspectiva, a autonomia produtiva materializa-se como uma expressão prática da agência e do controle sobre os recursos, enquanto a gestão configura o mecanismo operacional que potencializa e consolida essas conquistas no cotidiano das mulheres.

6.1 Gênero e Trabalho no campo

Os dados sobre o trabalho no campo com base na perspectiva de gênero (FIGURA 4) revelaram que 80% das entrevistadas consideram que as mulheres trabalham mais que os homens no dia a dia. Os relatos mostram que essas mulheres enfrentam múltiplas jornadas que

combinam as responsabilidades domésticas e a maternidade com atividades de geração de renda, como a venda de alimentos e roupas, aluguel de imóveis, produção de artigos de festa, produção de remédios naturais e artesanato (produção de sabonetes, bijoias, crochê e macramê).

FIGURA 4 - Gênero e Trabalho no campo.



Fonte: Dados de campo, elaborado pelos autores (2026).

Além disso, elas exercem um papel fundamental na agricultura familiar através do manejo dos quintais, sendo as principais responsáveis por etapas essenciais como a limpeza do terreno, o plantio, a adubação e a colheita. Esse cotidiano feminino com base em múltiplas jornadas é evidenciado na assertiva "A mulher cuida da casa, dos filhos, da horta, dos animais e ainda participa das reuniões. A gente nunca para". (Entrevista concedida por Ipê em abril de 2026, na ilha de Cotijuba, localizada a cerca 33km de Belém).

Apenas 10% afirmaram que os homens desempenham maior volume de trabalho exercendo sua função fora de casa, como roçagem, venda de mão de obra e em época de alta temporada na Ilha fazendo transporte de turistas e outros 10% consideraram existir divisão igualitária das tarefas.

Faria (2011) destaca que a divisão sexual do trabalho no campo é influenciada pela lógica capitalista, que atribui diferentes valores às atividades desenvolvidas por homens e mulheres. Complementando essa discussão, Oliveira *et al.* (2020) afirmam que o trabalho

feminino relacionado aos quintais, à roça e à criação de animais frequentemente é compreendido apenas como uma extensão das atividades domésticas.

Brumer (2004) acrescenta que o trabalho das mulheres na agricultura costuma ser classificado como "ajuda", mesmo quando elas realizam as mesmas atividades ou trabalham mais do que os homens. Neste estudo, os resultados da pesquisa mostraram que a elevada participação feminina na gestão dos agroecossistemas não é acompanhada pelo devido reconhecimento social de seu trabalho.

A elevada participação feminina na agricultura familiar e na gestão dos agroecossistemas contrasta com a persistente invisibilidade social e institucional de seu trabalho. Moreira e Batista (2026) demonstram que essa invisibilidade se reflete em desigualdades previdenciárias, já que muitas agricultoras não conseguem comprovar tempo de serviço rural devido à ausência de reconhecimento formal, o que limita seu acesso a direitos sociais básicos.

Brumer (2008) acrescentam que a reprodução social na agricultura familiar está marcada pela exclusão das mulheres dos processos sucessórios, reforçando a ideia de que o estatuto de “agricultora” é obtido apenas por meio do casamento, e não pelo direito à herança da terra.

Complementarmente, Brumer e Spanevello (2008) evidenciam que, na prática cotidiana, as mulheres são direcionadas para tarefas domésticas e de autoconsumo, classificadas como “ajuda” e não como trabalho produtivo, enquanto os homens concentram as funções de gestão e decisão das propriedades. Esses dados revelam que o reconhecimento do trabalho feminino não é feito nem nas estatísticas oficiais, nem nas estruturas de sucessão familiar, nem nas práticas comunitárias, perpetuando a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga de funções femininas no espaço rural.

Portanto, além das atividades agrícolas, as mulheres conciliam responsabilidades domésticas, cuidados familiares e participação comunitária, caracterizando uma sobrecarga de funções. Essa realidade reforça a persistência da divisão sexual do trabalho e demonstra que a valorização da atuação feminina ainda representa um desafio para a agricultura familiar.

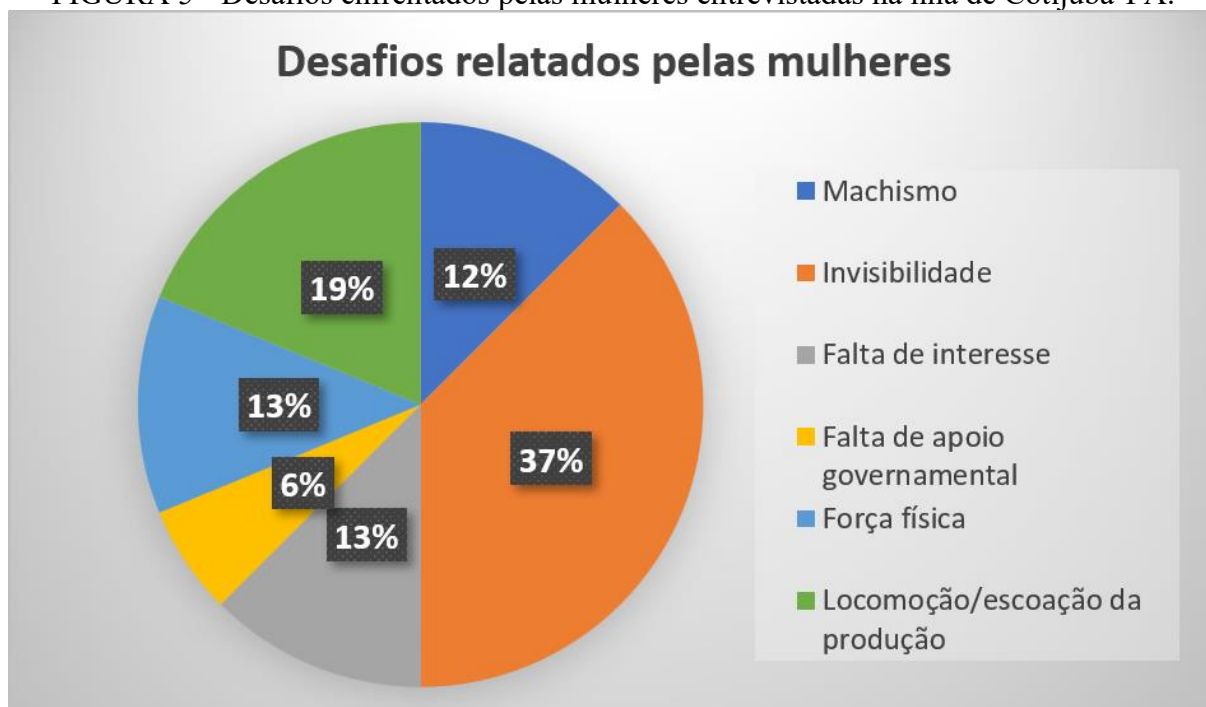
6.2 Principais desafios relacionados à gestão

Entre os desafios enfrentados pelas entrevistadas, salienta-se que 38% apontaram a invisibilidade nos espaços rurais (FIGURA 5) como o principal obstáculo para sua atuação no meio rural, o que está destacado no trecho abaixo

“(...) Durante um incidente na comunidade, no qual nós mulheres nos reunimos para conversar com o morador de fora da comunidade que comprou um terreno para construir uma pousada e estava desmatando tudo, e comprometendo o equilíbrio do nosso território, e não fomos ouvidas e levadas a sério, foi preciso o esposo de uma das mulheres tomar à frente para poder ser levado a sério (...)” (Entrevista concedida por Jambu em abril de 2026, na ilha de Cotijuba, localizada a cerca 33km de Belém)

Dessa forma, a invisibilidade do trabalho feminino (FIGURA 5) está diretamente relacionada às desigualdades de gênero historicamente construídas no campo, o que limita o reconhecimento das mulheres como produtoras, gestoras, protagonistas dos processos produtivos e guardiões da natureza.

FIGURA 5 - Desafios enfrentados pelas mulheres entrevistadas na ilha de Cotijuba-PA.



Fonte: Dados de campo, elaborado pelos autores (2026).

Dentre os autores que discutem essa lógica, Siliprandi (2015) afirma que a invisibilidade do trabalho feminino constitui um dos principais obstáculos para a construção da autonomia das mulheres rurais, uma vez que dificulta o reconhecimento de sua contribuição para a produção agrícola e para a gestão dos estabelecimentos familiares. Reforçando essa perspectiva, Brumer (2004) destaca que a divisão sexual do trabalho no meio rural tende a atribuir aos homens o papel de chefes dos estabelecimentos, mesmo quando as mulheres desempenham funções fundamentais para sua manutenção.

Os relatos demonstram que a invisibilidade feminina não se prende somente na dimensão produtiva, pois manifesta-se também nos espaços de participação comunitária e

tomada de decisão. Embora as mulheres sejam pilares essenciais na gestão dos quintais produtivos, ainda enfrentam dificuldades para que suas opiniões sejam reconhecidas como legítimas. Essa situação limita sua autonomia e reforça relações historicamente marcadas pela desigualdade de gênero.

Além disso, o machismo foi mencionado por 12% das entrevistadas como um dos principais desafios enfrentados nas comunidades pesquisadas. Essa percepção também é evidenciada no relato a seguir:

“(...) Teve certa vez que eu estava carregando um carrinho com capim para colocar na minha propriedade e um rapaz que tava observando de longe, veio até mim e disse ‘não está muito pesado esse serviço pra você?! Esse tipo de trabalho, mulher não devia tá fazendo!’ e eu disse que não, que já estava acostumada em realizar essa atividade (...)” (Entrevista concedida por Arruda em abril de 2026, na Ilha de Cotijuba, localizada a cerca de 33 km de Belém).

Diante dessa perspectiva, Saffioti (2015) argumenta que o patriarcado estabelece relações de poder que naturalizam a inferiorização das mulheres e restringem sua participação nos espaços produtivos e políticos.

Logo, os depoimentos demonstram que o machismo permanece presente no cotidiano das agricultoras, especialmente, por meio da desvalorização de sua capacidade física e técnica para executar atividades agrícolas. Apesar disso, as mulheres constroem estratégias de resistência, reafirmando sua competência e fortalecendo sua autonomia produtiva.

Além da invisibilidade e do machismo, já discutidos anteriormente, a pesquisa identificou outros desafios que interferem na atuação das mulheres nos sistemas produtivos. A dificuldade de locomoção e escoamento da produção (19%) está relacionada às condições de deslocamento no território e às limitações para transportar e comercializar os produtos, dificultando o acesso aos mercados e a geração de renda.

A falta de interesse (13%) pode estar associada às dificuldades de continuidade das atividades produtivas, às responsabilidades familiares e à ausência de condições que estimulem a permanência e o desenvolvimento dessas práticas.

A necessidade de força física (13%) aparece como obstáculo em atividades que exigem maior esforço, como preparo das áreas, manejo e transporte de produtos e insumos, especialmente quando há pouca disponibilidade de equipamentos que auxiliem na execução dessas tarefas.

Outro aspecto identificado foi a falta de apoio governamental, relacionada às dificuldades de acesso a políticas públicas, assistência técnica, capacitação, crédito, infraestrutura e mecanismos de comercialização. A insuficiência dessas ações pode limitar o desenvolvimento das atividades e agravar dificuldades já existentes, especialmente aquelas relacionadas ao escoamento e à comercialização da produção. Esses desafios, quando analisados conjuntamente, demonstram que a atuação das mulheres nos sistemas agroecológicos está diretamente relacionada às condições materiais, territoriais e institucionais disponíveis para o desenvolvimento de suas atividades.

Dessa forma, o fortalecimento do protagonismo feminino requer não apenas o reconhecimento de seus conhecimentos e práticas, mas também condições adequadas de acesso a recursos, infraestrutura e políticas públicas que favoreçam sua autonomia produtiva e contribuam para o desenvolvimento rural sustentável na Ilha de Cotijuba.

7 QUINTAIS PRODUTIVOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

7.1 Diversidade de estratégias femininas

Os quintais produtivos apresentaram elevada diversidade de espécies agrícolas, frutíferas como Cacao (*Theobroma cacao*) Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) Açaí (*Euterpe oleracea*) Coco (*Cocos nucifera*) Taperebá (cajá amazônico) (*Spondias mombin*) Banana (*Musa spp*), dentre outras espécies frutíferas, ervas medicinais e florestais, além da criação de pequenos animais dentre eles aves e abelhas sem ferrão, ambos fazendo integração com os sistemas de cultivos, a utilização da cama aviária para fertilização do solo e as abelhas fazendo a polinização das flores. Onde pode ser observado nas figuras abaixo:

Figura 6- Quintais com diversificação de cultivos



Fontes: Arquivo pessoal, 2026.

Figura 7 e 8 - Quintais com diversificação de cultivos



Fontes: Arquivo pessoal, 2026.



Fontes: Arquivo pessoal, 2026.

Figura 9 e 10 - Quintais com sistemas de criação



Fontes: Arquivo pessoal, 2026.



Fontes: Arquivo pessoal, 2026.

Como observa Wanderley (2019) citado por Fonseca e Silva (2024, p. 203), “no campo, os indivíduos e as famílias, que vivem do seu trabalho, fortalecem um tecido social local e o mantêm como espaço de vida”. Essa afirmação encontra eco na realidade amazônica, onde a agricultura familiar se estrutura não apenas pela produção de alimentos, mas pela construção de vínculos comunitários. Por exemplo, uma entrevistada da ilha de Cotijuba relatou: “Aqui a gente produz de tudo um pouco. O que sobra a gente vende ou troca com os vizinhos” (Entrevista concedida por Açaí em abril de 2026, Cotijuba, localizada a cerca de 33 km de Belém).

Essa prática cotidiana revela que a lógica da produção familiar vai além da produção de alimentos, pois ela implica em relações de troca recíprocas que fortalecem o coletivo, consolidam redes de solidariedade e mantêm o território como espaço de vida compartilhado. Assim, a agricultura familiar amazônica reafirma sua importância não apenas na dimensão econômica, mas também como eixo estruturante da sociabilidade rural, em que o trabalho e a produção se convertem em mecanismos de integração comunitária e resistência frente ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

No que se refere às práticas produtivas nos quintais relatadas destacam-se a adubação orgânica, adubação verde, compostagem, inseticida natural para controle de pragas, verificou-se que, das 10 mulheres entrevistadas, 9 afirmaram conduzir a produção com base em princípios

agroecológicos utilizando essas práticas, enquanto apenas 1 declarou não adotar integralmente esse tipo de manejo.

O principal fator de distanciamento da matriz agroecológica no caso dessa única interlocutora reside na aplicação de insumos químicos, especificamente, o uso de formicida para o controle de pragas. Apesar dessa exceção pontual, o resultado geral demonstra que as práticas de base ecológica estão amplamente disseminadas no território investigado, evidenciando sua relevância estratégica para a promoção da sustentabilidade local, a garantia da segurança alimentar e a conservação dos recursos naturais na ilha.

Altieri (2012) afirma que a diversificação dos agroecossistemas aumenta sua resiliência ecológica e fortalece a segurança alimentar. Além disso, Gliessman (2001), também, ressalta que a agroecologia integra dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais do desenvolvimento rural.

Portanto, os quintais produtivos observados na Ilha de Cotijuba constituem espaços que articulam produção de alimentos, conservação da biodiversidade, geração de renda e transmissão de conhecimentos tradicionais. Dessa forma, a atuação das mulheres na gestão desses sistemas contribui diretamente para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

A produção desenvolvida nos quintais investigados destaca-se pela expressiva agrobiodiversidade, englobando desde culturas alimentares e medicinais, como açaí (*Euterpe oleracea*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), cacau (*Theobroma cacao*), limão (*Citrus limon*), hortaliças e ervas fitoterápicas até itens processados e artesanais, como mel, própolis, xaropes, sabonetes artesanais, biojoias e tapetes. A destinação dessa produção assume um caráter duplo no cotidiano das famílias: o autoconsumo e a comercialização.

O sustento e a segurança alimentar do núcleo familiar são garantidos, prioritariamente, pelo consumo direto de itens como o açaí (*Euterpe oleracea*), as hortaliças, o limão (*Citrus limon*), o mel e as plantas medicinais, além do uso doméstico de sabonetes e xaropes caseiros.

Por sua vez, o excedente produtivo é direcionado ao mercado local com ênfase no cacau, cupuaçu, açaí, hortaliças e no artesanato, configurando-se como uma importante fonte de renda complementar. Essa dinâmica reitera o papel dos quintais agroecológicos como espaços estratégicos que, simultaneamente, asseguram o autoconsumo familiar e impulsionam a autonomia econômica dessas mulheres.

Além da produção destinada ao autoconsumo e à comercialização de excedentes, verificou-se que as agricultoras desenvolvem diferentes estratégias de geração de renda, as quais complementam a economia familiar e demonstram a diversidade de atividades desempenhadas pelas mulheres na gestão dos quintais produtivos. O Quadro 1 apresenta essas estratégias identificadas durante a pesquisa de campo.

Quadro 1: Estratégias de reprodução econômica das famílias entrevistadas

PARTICIPANTES	BENEFÍCIO SOCIAL	OUTRAS ATIVIDADES
Cumaru	-	Papelaria; trabalho do marido (roçagem, capina)
Ipê	-	Artesanato; Hortaliças (quando há excedentes); loja de roupas
Açaí	-	Ervas medicinais; própolis; mel; tinturas; sabonetes;
Copaíba	X	Horta
Castanheira	-	Venda de propriedade
Priprioca	X	Aluguel
Muruci	-	Venda na feira da ilha
Arruda	-	Doula; trabalha em ONG's
Andiroba	-	Biojóias
Jambu	X	S. I.

Fonte: Dados de campo, elaborado pelos autores (2026).

Os dados apresentados na tabela enfatizam que as famílias entrevistadas adotam diferentes estratégias para a obtenção de renda, combinando atividades agrícolas, não agrícolas e benefícios sociais.

Observou-se que apenas três entrevistadas declararam receber benefícios sociais, enquanto as demais complementam a renda familiar por meio da comercialização de produtos agroecológicos, do artesanato, da produção de biojoias, da prestação de serviços, da atuação em organizações sociais e de outras atividades econômicas.

Essa diversidade de estratégias demonstra que a gestão dos quintais produtivos ultrapassa a produção de alimentos destinados ao consumo familiar. As mulheres administram diferentes formas de geração de renda, agregam valor aos produtos provenientes dos agroecossistemas e desenvolvem atividades complementares que garantem a manutenção econômica das famílias.

Schneider (2003) afirma que a pluriatividade constitui uma estratégia importante para a reprodução social da agricultura familiar, pois possibilita às famílias combinar atividades agrícolas e não agrícolas, ampliando sua estabilidade econômica. Ainda na mesma lógica de pensamento, Wanderley (2009) destaca que a diversificação das atividades representa uma característica marcante da agricultura familiar, uma vez que reduz os riscos econômicos e fortalece a permanência das famílias no meio rural.

Siliprandi (2015) ressalta que a autonomia econômica das mulheres rurais está diretamente relacionada à sua capacidade de administrar diferentes atividades produtivas, ampliando sua participação nas decisões familiares e comunitárias.

Os resultados da pesquisa enfatizam essas discussões ao demonstrar que as agricultoras da Ilha de Cotijuba não dependem exclusivamente da produção agrícola como fonte de renda. Ao contrário, constroem diferentes estratégias econômicas que envolvem a comercialização de excedentes dos quintais, a transformação de matérias-primas em produtos de maior valor agregado, a prestação de serviços e o desenvolvimento de atividades não agrícolas.

Essa diversificação evidencia a capacidade de gestão das mulheres sobre seus sistemas produtivos, o que reduz a vulnerabilidade econômica das famílias e fortalece sua autonomia produtiva. Além disso, a agregação de valor aos produtos que advém dos quintais agroecológicos amplia as oportunidades de geração de renda e contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades, ao incentivar o aproveitamento dos recursos locais e valorizar os conhecimentos tradicionais.

7.2 Percepções das mulheres sobre os quintais produtivos

As mulheres entrevistadas atribuem múltiplos significados aos quintais produtivos. Mais do que áreas destinadas à produção agrícola, esses espaços são compreendidos como ambientes de fortalecimento da autonomia, da segurança alimentar, da conservação ambiental e das relações comunitárias, características que correspondem aos princípios da agroecologia (Altieri, 2012; Gliessman, 2001). Diante dessa perspectiva, uma das mulheres expressa o significado da importância do quintal tanto para a mesma quanto para o coletivo, o que pode ser observado no trecho:

“Eu penso que se a gente enquanto mulher, enquanto coletivos de mulheres na agroecologia, na agrofloresta, quando a gente está mais fortalecido e está entre mulheres, tem magias que acontecem quando estamos somente entre mulheres. A gente vai poder falar sobre as violências que a gente sofre, enquanto a gente está aqui plantando, enquanto a gente está colhendo. A gente

vai falar das dores que a gente passa, vai compartilhar, né? E ao mesmo tempo que a gente tem essa troca, a gente se fortalece, né? Porque a gente vê que a gente não está sozinha. E aí quando a gente vê que a gente não está só, que tem outras mulheres com a gente fora daqui da terra da lida (...)” (Entrevista concedida por Priprioca em abril de 2026, na ilha de Cotijuba, localizada a cerca 33km de Belém).

As entrevistadas destacaram que os quintais contribuem diretamente para a melhoria da alimentação familiar, ao proporcionar alimentos diversificados, frescos e produzidos sem o uso de insumos químicos. Além disso, ressaltaram a importância das plantas medicinais cultivadas nesses espaços, utilizadas tradicionalmente no cuidado com a saúde das famílias, o que evidencia, segundo Altieri (2012), a integração entre produção agrícola, alimentação e conhecimentos tradicionais.

Outro aspecto recorrente nas entrevistas refere-se à transmissão dos conhecimentos entre as gerações. As agricultoras relataram que os saberes relacionados ao cultivo, ao manejo das espécies e ao uso das plantas medicinais são compartilhados com filhos, netos e demais integrantes da comunidade, favorecendo a continuidade das práticas agroecológicas e a valorização dos conhecimentos tradicionais. Nesse ponto, Wanderley (2019) enfatiza que a agricultura familiar constitui um espaço de vida e de reprodução social, no qual os saberes são transmitidos e ressignificados.

Complementarmente, Toledo e Barrera-Bassols (2009) destacam que essa memória biocultural é essencial para a manutenção da diversidade ecológica e cultural. Já Leff (2001) contribui ao afirmar que tais saberes tradicionais integram a racionalidade ambiental, oferecendo bases para alternativas sustentáveis frente à crise socioambiental contemporânea.

As interlocutoras, também, destacaram que os quintais favorecem a troca de experiências entre agricultoras e fortalecem relações de solidariedade, reciprocidade e cooperação. Essas práticas coletivas contribuem para o fortalecimento da organização social das mulheres, ampliam sua participação comunitária e consolidam estratégias de desenvolvimento territorial baseadas nos princípios da agroecologia e da economia solidária (Hillenkamp; Nobre, 2018; Siliprandi, 2015).

Em uma das falas das entrevistadas, pode-se perceber a relação de aproximação das mulheres com os quintais, o que fica evidente abaixo:

"A dinâmica dos quintais, atribuída ao coletivo, torna uma parte onde às mulheres se desligam de tudo e interagem entre si, e conseguem interagir como mulher, rir, produzir, conversar, e se organizar. Apoiando, e nos incentivando e ressaltando no empoderamento das mulheres, principalmente por ser um espaço de inclusão e sociabilidade" (Entrevista concedida por

Priprioca em abril de 2026, na ilha de Cotijuba, localizada a cerca 33km de Belém).

Sob essa perspectiva, os quintais produtivos representam espaços de produção diversificada, conservação da biodiversidade e integração entre os componentes do sistema agrícola, princípios fundamentais da agroecologia (Altieri, 2012; Gliessman, 2001). Portanto, a agroecologia constitui uma importante estratégia para o fortalecimento da autonomia das mulheres rurais, uma vez que valoriza seus conhecimentos, incentiva sua participação nos processos produtivos e fortalece sua atuação na gestão dos agroecossistemas (Siliprandi, 2015).

É importante destacar, também, que a organização coletiva das mulheres constitui um dos principais fatores de fortalecimento da agroecologia na Ilha de Cotijuba. A trajetória organizativa construída, ao longo dos anos, possibilitou a ampliação dos espaços de participação feminina, o fortalecimento das redes de cooperação e o reconhecimento do papel das mulheres nos processos produtivos e comunitários, contribuindo para a construção de sua autonomia econômica e social (Siliprandi, 2015; Hillenkamp; Nobre, 2018).

Nesse contexto, o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) representa uma importante experiência de mobilização social e fortalecimento da autonomia feminina. A atuação do movimento favorece a construção de estratégias coletivas voltadas à geração de renda, à valorização dos saberes tradicionais, à defesa do território e ao fortalecimento da agricultura familiar. Esses processos ampliam a participação das mulheres nos espaços de decisão e contribuem para seu reconhecimento como sujeitos políticos e produtivos (Siliprandi, 2015; Hillenkamp; Nobre, 2018).

Os resultados evidenciam que os quintais produtivos agroecológicos constituem espaços de produção, aprendizagem, cooperação e fortalecimento da autonomia feminina. A atuação das mulheres na gestão desses agroecossistemas ultrapassa a dimensão produtiva, uma vez que envolve processos de organização social, geração de renda, conservação ambiental e transmissão de conhecimentos tradicionais.

Assim, a pesquisa demonstra que o protagonismo feminino na condução dos quintais contribui, diretamente, para a autonomia produtiva das agricultoras e para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável na Ilha de Cotijuba.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada na Ilha de Cotijuba evidenciou que os quintais produtivos são espaços centrais para a vida das mulheres ribeirinhas. Eles não se limitam à produção de

alimentos, mas também fortalecem a autonomia feminina, preservam saberes tradicionais e consolidam redes de solidariedade comunitária. As entrevistas mostraram que a agroecologia se manifesta no cotidiano dessas agricultoras, integrando dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais, e reafirmando seu protagonismo na gestão dos agroecossistemas.

O trabalho contribui para o campo acadêmico ao articular referenciais teóricos da agroecologia e dos estudos de gênero com práticas concretas vivenciadas pelas mulheres da comunidade. No campo social, valoriza experiências locais que podem inspirar políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à igualdade de gênero, reforçando a importância dos quintais produtivos como territórios de resistência e emancipação.

Entre as limitações, destaca-se o recorte espacial e temporal, restrito a uma comunidade específica e a um conjunto delimitado de entrevistas. Essa escolha metodológica não permite generalizações, mas abre caminho para que pesquisas futuras ampliem o número de participantes e explorem diferentes contextos amazônicos.

A relevância de aprofundar estudos sobre essa temática é clara. Novas investigações podem analisar a relação entre quintais produtivos e políticas públicas, compreender os impactos da pluriatividade na vida das mulheres rurais e explorar como os saberes tradicionais dialogam com práticas agroecológicas contemporâneas.

Em conclusão, este trabalho reafirma que os quintais produtivos são espaços de resistência e emancipação, onde as mulheres constroem alternativas sustentáveis para o meio rural amazônico. Reconhecer e apoiar essas iniciativas é essencial para fortalecer a agroecologia e promover justiça social nos territórios.

9 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.
- AMAZÔNIA VOX. Projeto Raízes de Lideranças impulsiona quintais agroflorestais conduzidos por mulheres em Cotijuba. Belém: Amazônia Vox, 2024. Disponível em: <http://www.amazoniavox.com.br>. Acesso em: 7 jul. 2026.
- ASSIS, William Santos de. Um olhar sobre a construção social da agroecologia na Amazônia. In: SOUSA, Romier da Paixão; COELHO, Roberta de Fátima Rodrigues; ROSAL, Louise Ferreira; SUZUKI, Júlio César (org.). *Agroecologia: diálogos entre ciência e práxis em agroecossistemas familiares na Amazônia*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 50-84.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a invisibilidade do trabalho feminino. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens na agricultura familiar: perspectivas de reprodução social e gênero. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 6-21, jan./jun. 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. Projeto de Lei nº 803/2020, de 15 de julho de 2020. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha de Cotijuba. Belém: Câmara Municipal, 2020. Disponível em: <https://cmb.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/Proc.-803-2020-Marciel-Manao.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2026.

CAMPAGNOLLA, Clayton; MACÊDO, Manoel Moacir Costa. Revolução Verde: passado e desafios atuais. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 39, n. 1, e26952, 2022. DOI: 10.35977/0104-1096.cct2022.v39.26952.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004a.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: enfoques teóricos e estratégicos*. Brasília: MDA, 2004b.

CAPORAL, Francisco Roberto. *Agroecologia: princípios e estratégias para o desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF, 2007.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM (CODEM). Diagnóstico Socioeconômico das Ilhas de Belém. Belém: CODEM, 2011.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. *The State of Food and Agriculture: Innovation in family farming*. Rome: FAO, 2014.

FARIA, Nalu. *Divisão sexual do trabalho e agricultura familiar*. São Paulo: SOF, 2011.

FONSECA, Luiz Carlos Neves. *A agricultura familiar na Amazônia paraense: a formação socioproductiva, as demandas do campo e a formulação de políticas públicas*. 2023. 220 f. Tese

(Doutorado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

FONSECA, Luiz Carlos Neves da; SILVA, Luis Mauro Santos. A formação socioprodutiva da agricultura familiar amazônica: heterogeneidade social e diversificação produtiva no território paraense. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 27, n. 2, p. 143–168, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/15494>

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ (FAPESPA). *Boletim da Sustentabilidade das Ilhas de Belém: Ilha de Cotijuba*. Belém: FAPESPA, 2024. Disponível em: Boletim da Sustentabilidade das Ilhas de Belém – Ilha de Cotijuba. Acesso em: 08 maio 2026.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. O poder das marés na Região Amazônica no final do século XVIII e início do XIX: o Engenho de Cotijuba, Belém, Pará. *Revistas Movendo Ideias*, Belém, v. 06, n. 10, dez/2001.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

HILLENKAMP, Isabelle; NOBRE, Miriam. Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. *Temáticas*, Campinas, v. 26, n. 52, p. 167-194, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO AMIGOS DA FLORESTA AMAZÔNICA (ASFLOA). Projeto Raízes de Lideranças: quintais que nutrem, mulheres que transformam. Belém: ASFLOA, 2024. Disponível em: <http://www.asflora.org.br>. Acesso em: 7 jul. 2026.

KAGEYAMA, Angela. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LACERDA, Aroldo Dias; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; PEREIRA, Júnia Sales; SILVA, Marco Antônio. *Patrimônio cultural em oficinas: atividades em contextos escolares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

- MARÇAL, Ana Léa Chagas. *Guardiãs da trilha dourada: o movimento de mulheres das ilhas de Belém (MMIB) e as práticas coletivas no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres ribeirinhas na ilha de Cotijuba-PA*. 2023. 228 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.
- MELO, Odimar do Carmo. *A comunidade e a construção do lugar na Ilha de Cotijuba (PA)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- MOREIRA, Larissa Gonçalves Fratari; BATISTA, Elicardo Heber de Almeida. *Trabalho feminino no espaço rural: invisibilidade, desigualdades de gênero e previdenciárias*. Revista de Geopolítica, v. 17, n. 3, 2026
- OLIVEIRA, Jannah; SILVA, Luana; FREITAS, Karine Pereira; SILVA, Luiza Carolina; SILVA, Mylena R. S.; JALIL, Laeticia. *Mulheres rurais e quintais produtivos: novos sentidos sobre a produção e reprodução da vida*. Cadernos de Agroecologia, v. 15, n. 2, 2020.
- QUARESMA, Kid Nazareno da Costa. *Memorial da ilha da redenção: o Educandário Nogueira de Faria e a ilha de Cotijuba (1932-1976)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, Belém, 2017.
- RIOS, Socorro de Maria de Fátima Ramos. *Ilhas de Belém: políticas públicas, ordenamento territorial e desenvolvimento local; o caso da Ilha de Cotijuba*. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- LACERDA, F. F.; et al. *A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores*. Estudos Avançados, v. 29, n. 83, p. 263-288, jan./abr. 2015. DOI: 10.1590/S0103-40142015000100010.
- OCTAVIANO, Carolina. *Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde*. ComCiência, Campinas, n. 120, 2010.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SCHNEIDER, Sergio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SILIPRANDI, Maria José. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: UFRJ/ABA, 2015.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.
- SHIVA, Vandana. *The violence of the Green Revolution: third world agriculture, ecology, and politics*. London: Zed Books, 1991.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. *La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales*. Barcelona: Icaria, 2009.

WANDERLEY, Maria Nazareth. *Agricultura familiar e desenvolvimento rural*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

WANDERLEY, Maria Nazareth. *Agricultura familiar e pluriatividade no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

APÊNDICE

Roteiro de Pesquisa

Comunidade:

Localidade: Ilha de Cotijuba-PA

Data:

Entrevistado(a):

Responsável pela entrevista:

Hora de início da entrevista: Hora do término:

1. Diagnóstico Sociocultural e Econômico Identificação

Nome do(a) agricultor(a): Idade:

Composição familiar

Nome Parentesco Sexo F/M

Reside no agroecossistema Sim (S) Não(N)

Escolaridade

• Tempo de vivência na comunidade?

• Que atividades você realiza no seu agroecossistema ? E na comunidade? (Parteira, erva, benzedeira, artesanato, etc)

Renda e atividades

Quais são as principais fontes de renda da família? Outros: Quais?

A produção agrícola é destinada principalmente para: () Consumo familiar () Venda () Ambos

Onde os produtos são comercializados?

2. Diagnóstico Técnico-Produtivo

2.1 Área total da propriedade/ Área destinada à produção agrícola:

2.3 Quais culturas são cultivadas no sistema produtivo?

2.4 Quais práticas agrícolas são utilizadas?

O que é “produzir bem” para você? (Conceito de sustentabilidade local)

3. Manejo Ecológico

3.1 Como é feito o manejo da fertilidade do solo? Existe alguma prática de reutilização? Quais e como

3.2 Como é realizado o controle de pragas e doenças?

3.3 Existem áreas de vegetação natural preservadas na propriedade?

4. Criação Animal

4.1 A família realiza criação de animais na propriedade?

4.2 Quais espécies são criadas? Qual a quantidade?

4.3 Qual é o principal objetivo da criação animal?

4.4 Quais produtos são obtidos da criação?

4.5 Como os animais são criados?

4.6 Existe integração da criação animal com a produção agrícola? De que forma ocorre essa integração?

4.7 Qual a principal fonte de alimentação dos animais?

4.8 Os animais recebem algum tipo de cuidado sanitário? São utilizados medicamentos naturais ou práticas tradicionais no cuidado com os animais?

4.9 Quais práticas são utilizadas?

4.10 A produção animal gera excedente para venda? Onde ocorre a comercialização dos produtos de origem animal?

5 Percepção sobre a Transição Agroecológica

5.1 Como você descreve a agroecologia?

5.2 Já participou de cursos ou capacitações sobre agroecologia?

5.3 Quais mudanças foram feitas na propriedade nos últimos anos?

5.4 Quais os principais benefícios da agroecologia na sua opinião?

6. Gestão Feminina e Saberes Tradicionais

6.1 Quais atividades são realizadas principalmente pelas mulheres?

6.2 Existem práticas tradicionais transmitidas entre gerações?

6.3 Como os saberes tradicionais contribuem para a produção agrícola?

6.4 Você já acessou ou tem acesso a alguma política pública? Se sim, como ocorreu a articulação com essas políticas? (Perguntar se houve alguma dificuldade em acessar essa política). Você recebe assistência técnica rural? O que a extensão rural (técnicos) deveria aprender com os saberes da comunidade? (É uma assistência horizontal ou vertical, os técnicos acolhem as ideias dos agricultores)

7. Gestão Feminina no Agroecossistema

7.1 Participação nas decisões produtivas Como você realiza a sua gestão dentro do agroecossistema? (Decisões, realizações, atividades)

7.2 Como você avalia a divisão de trabalho entre homens e mulheres na propriedade? () Igualitária () Mulheres trabalham mais () Homens trabalham mais.

7.3 Você possui renda própria proveniente da produção/beneficiamento/ outros? Participação social e comunitária

7.4 Como você vê a sua relação com a comunidade e de que forma ocorre sua participação (grupos formais e informais, lideranças, institutos e projetos)

7.5 Você observa algum impacto ambiental na região? Como a comunidade enfrenta? (desmatamento, poluição, contaminação, assoreamento) Percepção sobre a valorização do trabalho feminino

7.6 Quais são os principais desafios enfrentados pelas mulheres no meio rural?

Na sua opinião, como o fortalecimento da participação feminina contribui para a sociedade? () Maior autonomia da família () Fortalecimento da agroecologia () Preservação dos saberes tradicionais () Melhor organização comunitária